



**COMISSÃO DE
SAÚDE E
MEIO AMBIENTE**

Relatório de Atividades

Ano 2022

Câmara Municipal de Porto Alegre

Vereadores Integrantes:

Cláudia Araújo (PSD) - Presidente

Lourdes Sprenger (MDB) – Vice-Presidente

José Freitas (REPUBLICANOS)

Aldacir Oliboni (PT)

Monica Leal (PP)

Tanise Sabino (PTB)

Apresentação

O presente relatório de atividades visa demonstrar as ações realizadas pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre no exercício de 2022, em atendimento ao inc. XV, do art. 35 do Regimento Interno (RI) da Câmara de Vereadores.

A Cosmam se constitui como uma das seis comissões permanentes existentes no legislativo municipal, conforme previsão do inc. VI, do artigo 30, do RI, e tem suas funções gerais regradas no artigo 35 e incisos da mesma carta legal que preveem, entre outras, discutir e votar parecer às proposições que lhes forem distribuídas, realizar reuniões com entidades da sociedade civil, bem como audiências públicas; convocar Secretários e dirigentes de órgãos da administração indireta e qualquer servidor público municipal para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições; receber petições, representações ou reclamações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas, acompanhar e apreciar programas de obras, planos de desenvolvimento; exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo; estudar qualquer assunto compreendido na sua esfera através de conferências, exposições, palestras ou seminários; dar pareceres, podendo apresentar substitutivos ou emendas à projetos de lei e elaborar proposições de interesse público solicitadas pela comunidade ou decorrentes de indicação da Câmara.

A sua competência específica está adstrita à temas relacionados ao sistema único de saúde e seguridade social; vigilância sanitária epidemiológica e nutricional; segurança e saúde do trabalhador; saneamento básico; proteção ambiental; controle da poluição ambiental; proteção da vida humana e preservação dos recursos naturais e planejamento e projetos urbanos, forte previsão contida no artigo 40 e incisos do RI.

Nesta esteira a Cosmam buscou em 2022 efetuar sua atuação de maneira responsável atendendo aos anseios da população que buscava no parlamento uma alternativa para a resolução de suas demandas. Tivemos uma agenda cheia e plural, alternando de forma equilibrada a abordagem de assuntos atinentes às áreas de saúde e ambiental, através de reuniões ordinárias e conjuntas, onde foram convidados especialistas e autoridades que auxiliaram num maior entendimento e na construção de soluções para os temas pautados ao longo de 2022, bem como visita a unidade de saúde, onde foi possível verificar *in loco* as condições de trabalho dos servidores e atendimento ao cidadão.

Igualmente, a Cosmam encaminhou pedidos de informações e de providências a diversos órgãos procurando esclarecer dúvidas e ofertar alternativas.

Cumpramos ressaltar que a Comissão sempre buscou em sua atuação adotar postura colaborativa com as diferentes pastas e entidades que

se relacionou, por óbvio sem deixar de lado seu papel fiscalizador e de cobrança por melhores serviços ao cidadão. E cabe aqui um reconhecimento aos gestores públicos e representantes de entidades da sociedade civil que sempre atenderam de forma solícita aos convites e encaminhamentos da Cosmam, auxiliando de forma significativa para que as tarefas tenham sido desenvolvidas com tranquilidade e objetividade.

Por fim, um agradecimento especial aos colegas Vereadores que compõem a Cosmam e tiveram papel fundamental nas discussões que foram travadas, a equipe da comissão que possibilitou todos os instrumentos para o bom andamento dos trabalhos, bem como aos demais Vereadores e todos os servidores da casa que de uma forma ou outra atuaram para que a Cosmam tenha executado da melhor forma possível os objetivos a que se propôs.

Cláudia Araújo

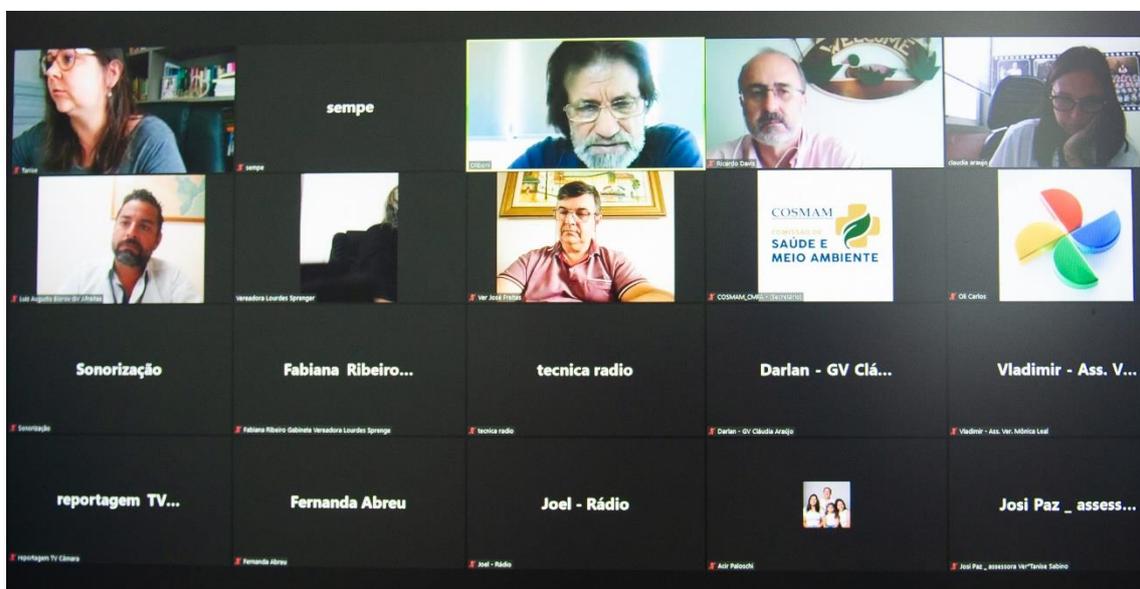
Vereadora PSD

Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Resumo de Atividades

Reuniões Ordinárias	38
Reunião Conjunta	1
Audiências Públicas	3
Visita	1
Pareceres	81
Pedidos de informação	11
Pedido de Providência	2

Primeira reunião Ordinária da Cosmam em 2022



Vacinação infantil será a primeira pauta da Cosmam (Foto: Yasmim Fernandes Borges/CMPA)

A COSMAM se reuniu pela primeira vez em 2022 para definir o cronograma de atividades e as pautas das próximas reuniões.

Foi deliberado que o primeiro tema do ano será "Vacinação Infantil".

Cosmam debate vacinação infantil na capital



Reunião virtual contou com representantes da Saúde...

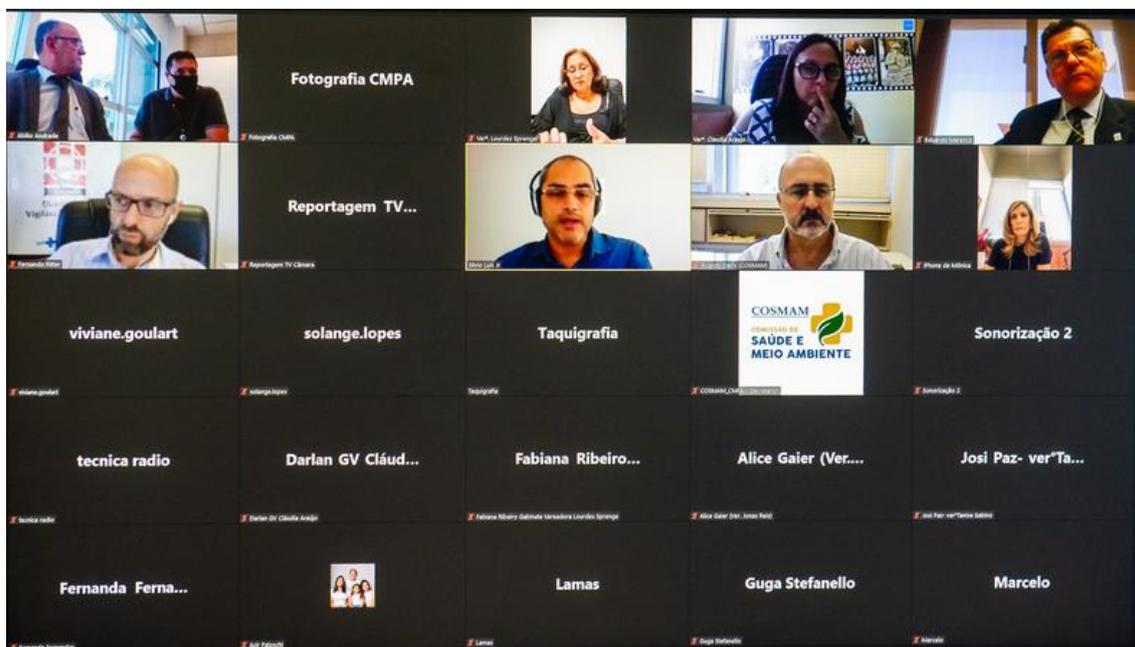


e da Educação no município (Fotos: Yasmim Fernandes Borges/CMPA)

A reunião dia 8/2, foi para tratar da vacinação infantil em Porto Alegre.

O tema foi sugerido pela vereadora Cláudia Araújo (PSD), presidente da Cosmam e autora de indicativo à prefeitura para realização do “rolê da vacina nas escolas”. Segundo a diretora da Atenção Primária em Saúde, Caroline Schirmer, são 30.523 doses aplicadas até o momento, o que representa 25% do público-alvo. Ela explicou que, devido à alta demanda nas unidades vacinadoras, ainda não é possível estender a ação para proteção contra a Covid-19 aos estabelecimentos de ensino. Já a secretária municipal da Educação, Janaina Audino destacou, no encontro, que não será exigido passaporte vacinal para ingresso das crianças nas escolas. Também participaram da videoconferência os secretários adjunto da Saúde, Richard dos Santos Dias, e extraordinário de Enfrentamento ao Coronavírus, César Sulzbach; o diretor da Vigilância em Saúde, Fernando Ritter; o presidente do Sindicato Médico do RS, Marcos Rovinski; além de representantes do Conselho Regional de Medicina do RS (Cremers), Conselho Municipal de Saúde, Associação dos Colaboradores do Centro Nacional de Tecnologia Avançada (Acceitec) e da Assessoria de Planejamento da Secretaria Municipal da Saúde, entre outros participantes.

Cosmam debate situação das instalações do Ceitec



(Foto: Gabriel Ribeiro/CMPA)

A Comissão de Saude e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião na manhã do dia 15/02/2022 para tratar de denúncia de suposto risco ambiental por conta da desativação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), localizado na Lomba do Pinheiro. O encontro foi conduzido pela presidente da comissão, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Na conclusão da reunião, ficaram definidos os seguintes encaminhamentos: solicitar ao liquidante da Ceitec, Abílio Andrade, relatório com informações sobre o trabalho de manutenção que está sendo executado no local; solicitar à Vigilância em Saúde cópia de relatório da Fepam sobre a situação das instalações do Ceitec atualmente; e encaminhar ao Ministério Público Federal cópia de ata da reunião de hoje.

Todos os encaminhamentos foram realizados, porém, após o encaminhamento do dossiê ao MPF, nenhum retorno mais foi dado por aquele órgão, não obstante vários pedidos de informação ao mesmo.

Em Audiência Pública, COSMAM analisa Gestão em Saúde da Capital no último quadrimestre de 2021

Descrição	2021		
	Quadrimestre		
	3º	2º	1º
ocupação de leitos	90,78%	101,12%	92,07%
ocupação leitos UTI Adulto	100,00%	97,82%	88,63%
dia de permanência	7,91%	6,98%	6,89%
mortalidade institucional	2,53	3,15	6,25
infusão primária de corrente sanguínea a ao Cateter Venoso Central (CVC) UTI Adulto	7,1/1000	6,70/1000	4,51/1000
urgências de segmento de tratamento	36,12%	33,55%	38,37%
de atendimentos municipais de POA	76,08%	76,46%	76,51%

A Gestão de Saúde do 3º quadrimestre de 2021 na Capital foi o tema de reunião hoje (22/2) na Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre. O balanço foi apresentado pelo secretário municipal de Saúde adjunto, Richard Dias, e por técnicos da pasta. O encontro foi conduzido pela presidente da comissão, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Segundo a Prefeitura, 18,34% do orçamento municipal foram investidos em saúde, um índice superior aos 15% exigidos pela Constituição. Ainda conforme o Executivo, dos R\$ 23 milhões destinados à saúde através de emendas parlamentares aprovadas pela Câmara Municipal, a prefeitura conseguiu empenhar R\$ 15 milhões, o que representa 63% de atendimento das emendas. Houve ingresso extra de receitas de R\$ 29 milhões pelo Estado, por conta de repasses atrasados entre os anos de 2014 e 2018, além de R\$ 40 milhões oriundos do governo federal.

No link abaixo, ouça a íntegra do áudio da reunião.

[https://drive.google.com/file/d/1YxcPpKbb7DXYHHO1ns3B8zBEeVtHkYpS/vi
ew?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1YxcPpKbb7DXYHHO1ns3B8zBEeVtHkYpS/view?usp=sharing)

Texto Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062)

Edição Marco Aurélio Marocco (reg. prof. 6062)

Cosmam debate as visões bio, psico e social da mulher



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre dedicou a pauta desta terça-feira (8/3) ao tema "Mulher: uma visão bio, psico e social", em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. A reunião foi proposta pela vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB) e teve a condução da presidente da comissão, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Foram destacados diversos aspectos referentes à saúde da mulher; voltados à saúde mental; questões ligadas à violência e alternativas de acolhimento a esse contingente feminino, bem como a importância, respeito e necessidade de lutar cada vez mais pelos direitos femininos.

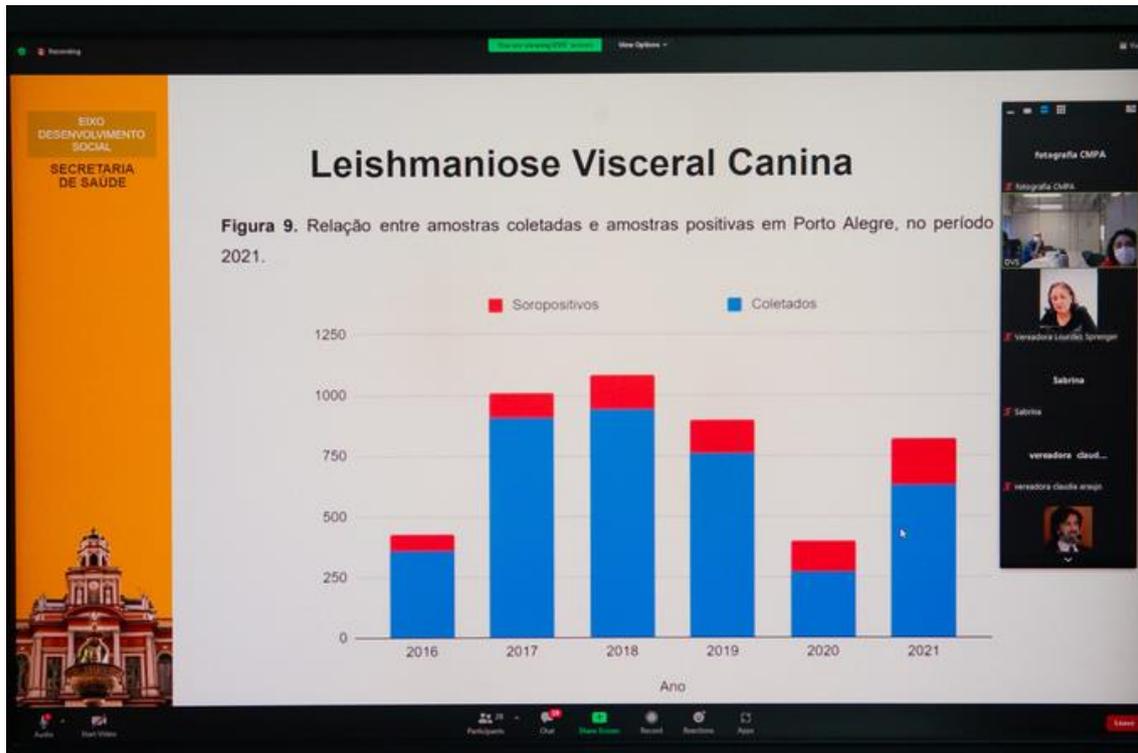
A senhora Lisiane Vieira dos Santos, enfermeira e Especialista em Saúde Pública, apresentou slides sobre a questão biológica ligada à saúde da mulher; situação do mercado de trabalho; cenário feminino da atualidade; atlas da violência e sugestões para transformação desse cenário.

A senhora Rosa Vilarino, psicóloga e integrante da área técnica da Atenção Primária da Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), abordou questões ligadas à psicológica feminina; tratamento de câncer, mudanças físicas e efeitos colaterais desse procedimento; comentou, ainda, sobre a interface adotada pelo Município com os programas nacionais voltados à saúde feminina e o acolhimento de forma adequada à maternidade na rede pública de saúde, entre diversas outras questões.

A senhora Marina Dillemburg, delegada da mulher do município de Viamão, destacou o acolhimento das mulheres vítimas de violência; abordou o feminicídio; Lei Maria da Penha; necessidade de abrigo; estímulo ao mercado de trabalho e adoção de formas concretas de apoio por parte do poder público na defesa das bandeiras de lutas da mulher. Na sequência a senhora Fernanda Lima Nunez Mendes Ribeiro, Delegada e coordenadora da Saúde da Mulher em Porto Alegre da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), efetuou apresentação sobre casos concretos de violência contra a mulher; necessidade de

criação de órgão municipal com status de secretaria nessa área e casos relacionados à Lei Maria da Penha. E, por último, a senhora Lu Ortiz comentou sobre situações reais de abuso às mulheres, ilustrando o seu caso específico, inicialmente pelo seu pai e, posteriormente, pelo marido; pregou a defesa do empreendedorismo feminino de forma ampla; apresentou o guia das mulheres no mercado de trabalho; defendeu o direito de equidade social e respeito às mulheres em seu cotidiano durante o ano todo e não somente nesta data.

Cosmam debate doenças causadas por mosquitos



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre discutiu hoje (15/3) o tema "A Leishmaniose e outras doenças transmitidas por mosquitos". A reunião virtual, proposta pela vereadora Lourdes Sprenger (MDB), foi conduzida pela presidente da Cosmam, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

A vereadora Cláudia Araújo contextualizou diversos aspectos técnicos da presente pauta; comentou sobre a dificuldade de mapeamento e atuação nas regiões com maiores casos de incidências de Leishmaniose, sugerindo a realização de mutirões da saúde nesses locais; defendeu a ação preventiva ao invés da aplicação da eutanásia nos animais contaminados; comentou sobre custos do tratamento e a necessidade do aumento de aportes financeiros para a vigilância sanitária municipal. A vereadora Lourdes Sprenger lembrou que a presente pauta estava inicialmente agendada para ocorrer durante o pico do verão, mas que outros temas também relevantes impediram a discussão deste assunto no referido período. Após, comentou sobre projeto de combate amplo à Leishmaniose apresentado ao Ministério Público e sugeriu que a Administração Municipal também se manifeste sobre tal documento. Por fim, sugeriu a ampliação do combate da moléstia que atinge principalmente os cães, mas que também pode contaminar as pessoas ao seu entorno.

A senhora Sabrina Braga Knorr fez amplas considerações técnicas sobre a doença; ilustrou que mais de trezentos e cinquenta milhões de pessoas enfrentam o problema no mundo; destacou que, normalmente o protozoário efetua oviposição em solo úmido nas áreas de mata e de invasão; que as contaminações no ser humano normalmente ocorrem por meios sanguíneo, venéreo, placentário e outros; informou que o vetor hospedeiro é o mosquito; que há tratamentos disponíveis tanto para as pessoas quanto para os cães, mas enfatizou que o animal uma vez positivo hospedará o protozoário por toda sua vida, enquanto que para o ser humano há cura clínica e parasitológica. Por fim, informou que os animais não podem utilizar a mesma terapia humana devido a resistência ao tratamento e apresentou, ainda, diversas alternativas para conter a doença, tais como o uso de telas milimetradas de vedação aos mosquitos nas residências, promoção de ambientes livres de matéria orgânica e utilização de coleiras repelentes nos animais, entre outras sugestões apresentadas. O vereador Aldacir Oliboni indagou sobre as alternativas de tratamentos oferecidos pelo poder público municipal, solicitou informações sobre as maneiras objetivas de combater o problema e comentou sobre eutanásia animal, alertando que esse procedimento não se verifica em outras cidades, mas que ocorre em Porto Alegre. A senhora Daura Pereira Zardin apresentou slides informativos sobre a Leishmaniose Visceral Canina, destacando, entre diversas informações, o risco à saúde canina e humana quando o animal contaminado não é identificado e tratado em tempo hábil. A senhora Fernanda dos Santos Fernandes comentou sobre as ações de vigilâncias permanentes dos vetores da doença, destacando a elevação dos casos de contaminação principalmente nos animais malnutridos. Após, comentou sobre a dificuldade de as famílias economicamente vulneráveis para a manutenção adequada do tratamento canino devido à precariedade das condições de vida e preço elevado dos medicamentos. Por fim, informou que o Município não possui informações estatísticas sobre o real contingente de animais infectados, comentou sobre as opções de tratamentos disponíveis e destacou que a vigilância sanitária atua somente com base na identificação dos casos que chegam ao seu conhecimento. O senhor Alex Elias Lamas apresentou amplo panorama sobre o cenário ambiental da cidade associado ao combate das zoonoses e destacou a necessidade de planejamento e atuação conjunta com outros órgãos municipais, tais como o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). A senhora Catiane Mainardi destacou que o Gabinete da Causa Animal está atento ao combate da doença na Capital e que vem realizando ações conjuntas com outras secretarias municipais em diversas comunidades da Capital. Por fim, destacou ações concretas desenvolvidas no Município, tais como a realização de testes de animais nos casos suspeitos, orientações para a guarda responsável, necessidade de castração, medidas preventivas, intensificação de práticas de higiene e limpeza

nas residências, uso de coleiras, entre diversas outras normas recomendadas. E, a vereadora Mônica Leal demonstrou preocupação com o fato de haver apenas um biólogo disponível na vigilância sanitária da Capital; alertou para a necessidade de concurso público e defendeu que o Legislativo deve promover imediata interlocução junto ao senhor Prefeito Municipal para obter a autorização do referido certame. Por fim, também comentou sobre o elevado preço do tratamento e a dificuldade de aquisição de medicamentos aos animais pela camada da população humilde, indagou sobre as estratégias das ações efetuadas pelo Município para evitar a prática de eutanásia dos cães e sugeriu a busca de apoio federal para novos aportes financeiros através do Ministério Agricultura por se tratar da demanda da Capital. Colocou-se, ainda, à disposição para efetuar a interlocução junto aos órgãos federais em Brasília para obtenção de aportes financeiros necessários. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) agendar, oportunamente, nova reunião entre a Cosmam e os órgãos municipais pertinentes, tais como o Gabinete da Causa Animal, DMLU, DMAE, subprefeituras do Município e demais agentes públicos visando ampliar o debate em busca de soluções concretas ao enfrentamento da Leishmaniose na Capital. Acrescentou, ainda, que tal encontro poderá ser realizado externamente às reuniões ordinárias da Comissão; 2) efetuar interlocução com o senhor Prefeito Municipal visando a imediata realização de concurso público para o cargo de biólogo, tendo em vista que resta apenas um cargo disponível na área de vigilância sanitária, tendo em vista a aposentadoria dos demais profissionais desta especialidade.

Os encaminhamentos, em face das dificuldades de agendas dos envolvidos, não foram possíveis serem concretizados no presente ano.

Vereadores da Cosmam debatem andamento do projeto para nova UBS Glória



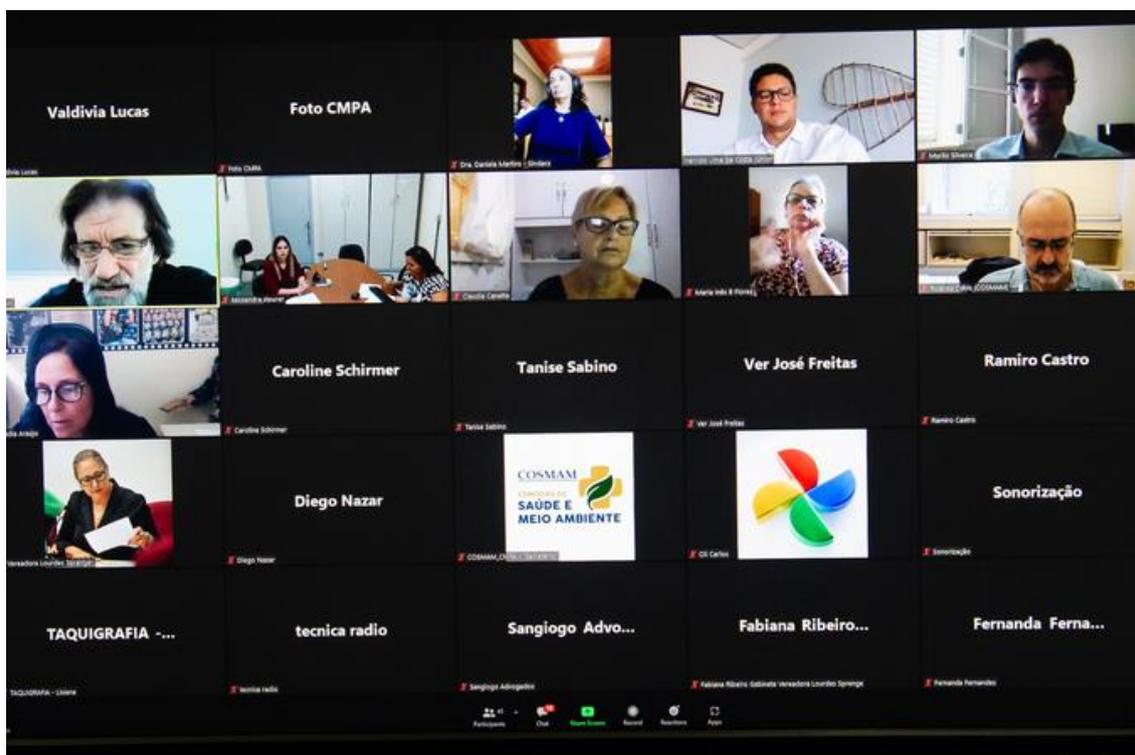
A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre se reuniu nesta terça-feira (22/3) para discutir sobre a obra e o andamento do projeto da Nova UBS Glória. O encontro virtual foi conduzido pela presidente da Cosmam, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

O vereador Aldacir Oliboni destacou que a atual sede da UBS Glória é alugada e reiterou que a Cosmam tem sido uma antiga parceira na busca da construção de uma nova sede, acrescentando, ainda, que o Município está prestes a receber significativo empréstimo de cento de cinquenta milhões de dólares através do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID). Após, defendeu que montante expressivo desses recursos sejam investidos na adequação da saúde pública da Capital. Por fim, destacou que sua expectativa inicial era de que a nova sede deveria ser instalada na rua Aparício Borges, mas entendeu que o novo local escolhido na rua Intendente Alfredo Azevedo contemplaria atendimento mais abrangente aos moradores da região. O vereador José Freitas destacou a precariedade das condições de atendimento na atual sede e, também, endossou o novo terreno escolhido em parceria com o Hospital Divina Providência para a execução do projeto que se encontra em estágio bastante avançado de detalhamento. A senhora Carolina Schirmer repassou informações técnicas do projeto através de slides e destacou que aproximadamente dezesseis mil pessoas estão cadastradas para atendimento na UBS Glória. Efetuou, ainda, diversos comentários técnicos sobre um portfólio sobre a construção da futura clínica da

família que contará com quatro centros de especialidades, além do projeto que prevê a substituição de dez novas sedes de unidades de saúde no Município. A senhora Michele Santos destacou a precariedade das condições de atendimento na atual estrutura da unidade Glória que apresenta significativa restrição de espaço físico para atuação conjunta das diversas equipes médicas e odontológicas. Comentou, ainda, sobre a constante falta de água na região e solicitou a instalação de uma caixa d'água na sede atual da unidade visando a garantia do atendimento ininterrupto ao público. A senhora Deise Rocha Réus também destacou que a atual estrutura é inadequada tanto aos servidores quanto aos usuários e ilustrou a necessidade de revezamento das equipes nas mesmas dependências por absoluta falta de espaço físico. Por fim, enfatizou, também, a carência de cadeiras odontológicas ao contingente de demanda regional da referida unidade. O senhor Elmo Raupp Behenck Viegas destacou que o financiamento do BID oferecerá recursos para a implementação de novas UBS, mas enfatizou ainda não haver previsão sobre a concreta data do recebimento desses aportes. Destacou, ainda, o conjunto de dez novas unidades que também serão construídas com o referido financiamento e sugeriu que o terreno da avenida Aparício Borges permaneça sob posse do Executivo para o incremento futuro de novas instalações de infraestrutura em saúde na região. Por fim, informou que o estudo sobre a viabilidade técnica referente à instalação da caixa d'água na UBS Glória depende do laudo a ser expedido por engenheiro da empresa contratualizada junto ao Hospital Divina Providência. O senhor Marsam Alves de Teixeira informou ter ficado bastante satisfeito com a atualização e andamento no projeto e, também, pela escolha da área definitiva para a nova sede a ser localizada na rua Intendente Azevedo. Comentou, também, sobre a complexidade de instauração de processo para locação de uma sede transitória até a conclusão do novo prédio, justificando a necessidade de encontrar outro local na região com perfil idêntico ou similar ao prédio atual para evitar a geração de custos extras na contratualização. Por fim, informou que dará prioridade ao envio de documentos e laudo técnico para a SMS sobre a possibilidade de instalação de uma caixa d'água na atual sede da UBS Glória. A vereadora Mônica Leal elogiou o projeto apresentado pela SMS sobre a construção da nova sede e atribuiu o atraso da implementação da obra aos contingenciamentos decorrentes da pandemia de Covid-19 dos dois últimos anos. Por fim, enfatizou que os recursos do BID serão utilizados conforme as necessidades prioritárias em diversos setores no Município; considerou que no atual momento cabe ao Legislativo tão-somente o acompanhamento da obra da UBS Glória e defendeu o encaminhamento através da Cosmam de pedido de providências para instalação da caixa d'água solicitada. O senhor Waldir José Bohn Gass lembrou da história de luta da comunidade pela busca de um terreno adequado para a nova sede e parabenizou os servidores da saúde que, mesmo diante das severas limitações de funcionamento da atual sede, conseguem prestar

serviço de qualidade, superando a precariedade do local. Em prosseguimento, questionou o representante do Hospital Divina Providência quanto à possibilidade de locação de sede provisória com melhores condições de atendimento, enquanto não for concluída a nova UBS prevista para ocorrer somente no decorrer dos próximos anos. Endossou, também, que o terreno da rua Aparício Borges deve ser preservado para futuro uso do sistema de saúde local. E, a senhora Christy Mizishima informou que inicialmente também preferia a nova UBS na rua Oscar Pereira, mas entendeu a importância de um local mais amplo e adequado para qualificar o atendimento da crescente demanda em saúde na região.

Discussão sobre a transposição dos agentes comunitários de saúde

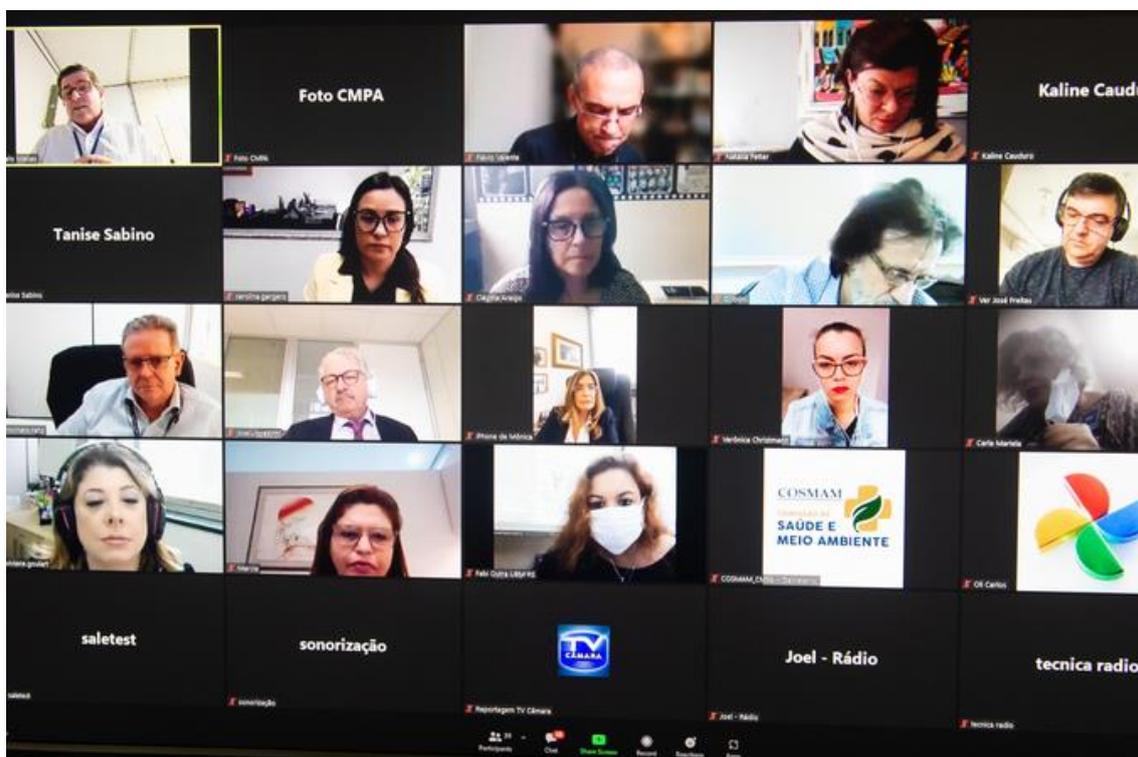


A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou hoje de manhã (29/3) reunião virtual para tratar do tema "Agentes Comunitários de Saúde: transposição de servidores". O encontro foi coordenado pela presidente da comissão, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

A vereadora Cláudia Araújo, lembrou que a presente pauta se refere à demanda remanescente do ano passado e questionou a SMS se há estudo em andamento para ampliar o contingente dessa categoria profissional na rede pública diante da crescente demanda de atendimento nas comunidades. Após, comentou sobre a atual exigência de quatro registros no cartão ponto desses servidores que recebem apenas dois tickets diários, mas acabam gastando duas passagens adicionais pela obrigatoriedade de retornar ao posto de saúde para registrar a presença após o término da jornada de trabalho nas visitas residências. Por fim, solicitou alternativas adequadas para resolver esse problema e pediu, ainda, melhorias no canal de comunicação entre a SMS e os agentes de saúde e endemias que estão encontrando dificuldades para tratar de assuntos do seu interesse junto à Administração Municipal. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. O vereador Aldacir Oliboni, proponente da pauta, enfatizou que a bancada de oposição no Legislativo sempre teve clara posição política em defesa dos trabalhadores do Instituto Municipal da Estratégia da Saúde da Família (IMESF). Na sequência, destacou a necessidade de regularização do pagamento do vale alimentação retroativo a diversos meses anteriores; indagou sobre o estágio da implementação do calendário transposição desses trabalhadores ao quadro de servidores efetivos que foi assegurado por lei complementar e solicitou detalhamento sobre os demais entraves no processo e transposição que considerou não estar suficientemente claro para a categoria e a comunidade em geral. Após, também questionou o uso da

destinação do repasse anual enviado pela União ao governo estadual que repassa valor proporcional aos municípios a ser destinado ao pagamento da parcela anual de incentivo financeiro aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate às Endemias (ACE) que não vem sendo cumprida em Porto Alegre. Por fim, apelou à sensibilidade do Executivo para efetuar a nomeação dos concursados da área da saúde com a máxima brevidade em função da obrigatoriedade legal em relação aos aprovados e, também, para ampliar o atendimento decorrentes dos novos surtos de doenças endêmicas na Capital. A senhora Carolina Schirmer efetuou apresentação através de slides do panorama atual do processo de transposição de quatrocentos e vinte e dois servidores em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 006/22; destacou as ações das coordenadorias de saúde e do processo de qualificação dos ACS e ACE na rede municipal; comentou sobre a existência de trabalhadores com vínculos celetistas e estatutários que atendem diversas comunidades em área de vulnerabilidade social e destacou o pico de visitas com mais de dezoito mil domicílios atendidos pelos agentes de saúde no mês de março corrente. Após, abordou diversos outros aspectos do processo de transposição, tais como a garantia do pagamento dos direitos trabalhistas gerenciados pela equipe de recursos humanos da SMS; controle da efetividade e abordagens sobre o cartão ponto; regularização progressiva do pagamento do vale alimentação em atraso e demais tópicos, assegurando, ainda, que esses trabalhadores não terão prejuízo decorrente do processo de transposição. Por fim, manifestou-se favorável quanto ao registro do cartão ponto somente no início e final do expediente para não haver gastos adicionais de passagens as custas esses trabalhadores; informou que estão sendo finalizadas melhorias no processo de comunicação do Executivo com os agentes de saúde e também respondeu outras indagações técnicas apresentadas na reunião, destacando, ainda, que o Programa de Metas Municipais (PROMETA) do Executivo prevê a ampliação da cobertura da saúde da família através do incremento do quadro técnico de servidores. A senhora Lívia Disconsi Wolitz de Almeida informou que os procedimentos administrativos referentes à transposição do regime de trabalho tiveram início no dia primeiro de março corrente onde os agentes passaram a assinar o termo de efetividade, acrescentando, ainda, que o ciclo complementar desse processo deverá ser concluído em até sessenta dias com a coleta dos documentos e demais exigências previstas em lei. Na sequência, assegurou que os vales alimentação e transporte em atraso também serão regularizados no decorrer dos próximos meses, acrescentando, ainda, que o piso nacional da categoria que foi regulamentado por lei federal já está sendo pago aos agentes de saúde do Município desde o mês de março corrente. Por fim, informou que o material informativo contendo os canais de comunicação da Prefeitura encontra-se em fase final de ajustes, o qual brevemente será disponibilizado à categoria. E, o senhor Iralindo Lima da Costa Júnior comentou que o sistema de folha de pagamento dos servidores municipais foi programado para calcular a remuneração dos estatutários, e no caso da transposição dos agentes de saúde do IMESF, teve que receber ajustes os devidos ajustes técnicos para incluir os celetistas, sendo esse o principal motivo para o atraso do pagamento. Por fim, manifestou a expectativa de que os pagamentos salariais passarão a ocorrer de maneira regular.

Especialistas discutem na Cosmam a atuação das doulas em hospitais

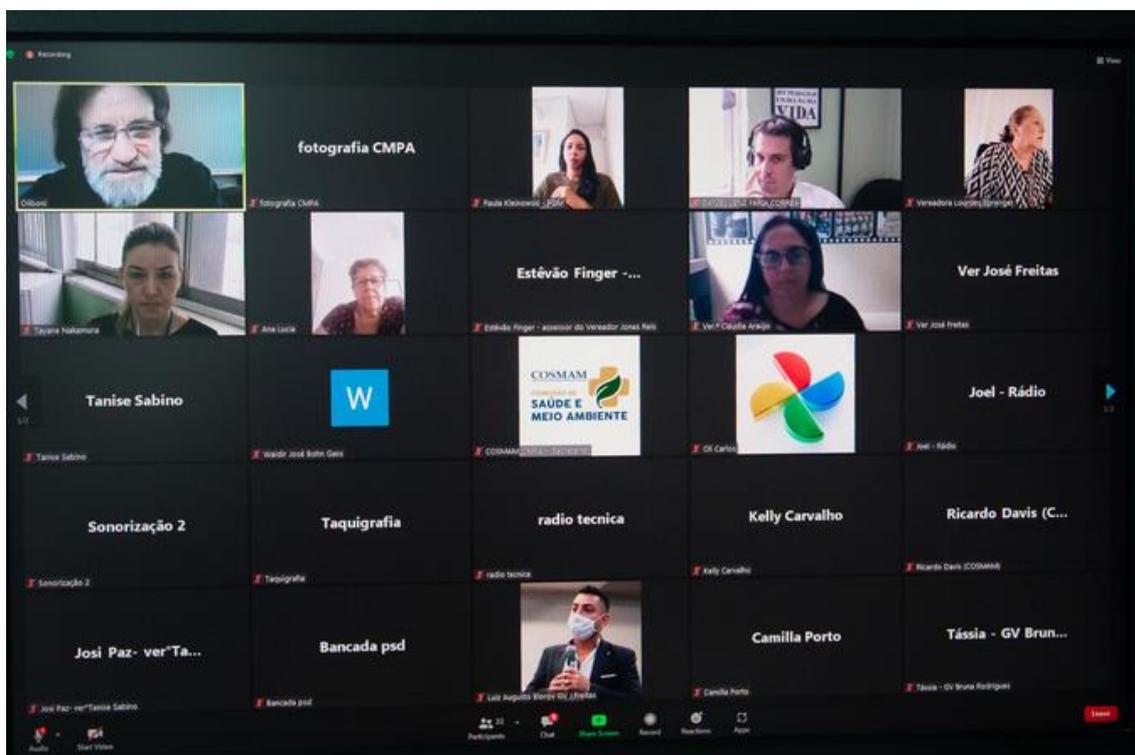


A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu, na manhã desta terça-feira (5/4), o [projeto de lei](#) que regulamenta o acesso das chamadas doulas aos hospitais de Porto Alegre. O encontro, pedido pela vereadora Mônica Leal (PP), foi coordenado pela vereadora Cláudia Araújo (PSD). Doula é a profissional que tem como função acompanhar a gestante durante o período de gravidez, parto e período pós-parto, além de apoiar, encorajar, oferecer conforto e suporte emocional nestes momentos. O vice-presidente do Sindicato Médico, Marcelo Marsillac Matias, manifestou sua preocupação de que o projeto acabe fazendo com que o Sistema Único de Saúde (SUS) deixe de cumprir seus princípios fundamentais, como o de dar prioridade a quem mais precisa e passe a privilegiar quem possa pagar pelo serviço.

A vereadora Cláudia Araújo, comentou sobre a tramitação de projeto de lei destinado à regulamentação dessa atividade na rede hospitalar da Capital, acrescentando, ainda, que a matéria se encontra na Comissão de Justiça e Redação (CCJ), onde o vereador Felipe Camozato solicitou diligência para incluir nota técnica sobre o tema a ser emitida pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Por fim, acrescentou que o Executivo possui trinta dias de prazo para a elaborar o parecer, a contar do dia primeiro de abril do corrente ano. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. A vereadora Mônica leal informou ter recebido duas profissionais de doulagem em seu gabinete para conversar sobre aspectos técnicos da atividade e, também, referente ao projeto de lei em tramitação na Capital, alertando, que diversos aspectos estão em jogo para o exercício dessa profissão. Ressaltou, também, que parte da classe médica acredita que deve haver maior preparo técnico ao desempenho da atividade de doula e destacou a importância da opinião dos convidados a respeito do assunto, enfatizando, ainda, o benefício na soma dos conhecimentos técnicos nas atividades na sala de parto. Por fim, defendeu que a parturiente deve ter o direito de optar por uma acompanhante ao seu lado no hospital e saudou a participação dos convidados

pelos esclarecimentos prestados aos vereadores e à população em geral. O senhor Marcelo Mathias defendeu que o assunto deve ser analisado em dois aspectos distintos: utilidade da doula como agente de cuidador da mãe e bem-estar materno, enfatizado que nesse sentido os médicos são favoráveis, mas por outro lado apontou haver vícios nos projetos de lei em tramitação na Capital e por iniciativa estadual que ferem os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS), tais como universalidade, equidade e gratuidade. Em prosseguimento, apresentou críticas ao art. 5º do projeto municipal que estabelece que as despesas das doulas deverão ser custeadas pela parturiente, fato que abre precedente para que outros serviços que tragam benefícios à paciente também passem a ser cobrados, tornando uma prática inconstitucional e corporativa. Por fim, lembrou que a função de doulagem não é uma atividade regulamentada, destacando, ainda, que muitas vezes interferem nas práticas médicas durante o parto. Apontou, ainda, alternativas ao uso profissional desse serviço, através da realização de curso técnico específico às próprias enfermeiras do quadro hospitalar e, também, através do credenciamento de profissionais externos, com a devida fixação de responsabilidades ao exercício da atividade. O vereador Aldacir Oliboni comentou sobre as críticas pontuais apresentadas pelo doutor Marcelo Mathias referente ao projeto em tramitação, ressaltando, contudo, a firme intenção dos vereadores na aprovação e disponibilização desse serviço na rede SUS da Capital. Na sequência, defendeu que a doulagem deve estar disponível no pacote de serviços de parto para que a paciente possa ter a liberdade de optar ou não por esse serviço, reconhecendo, ainda, a necessidade de aprimoramento do projeto para suprimir as eventuais inconstitucionalidades apontadas. Por fim, defendeu o aproveitamento das sugestões discutidas na presente reunião para elaboração de substitutivo de lei visando aperfeiçoar e ampliar o atendimento do cidadão em consonância com os princípios universais do SUS. O vereador José Freitas defendeu o direito das parturientes na utilizar de acompanhantes através do serviço das doulas, mas endossou a preocupação dos médicos quantos aos pontos inconsistentes identificados no projeto que necessitam de ajustes para sua regulamentação. Por fim, lembrou que essa atividade já é utilizada de forma ampla nos processos de parto, defendendo, somente, a qualificação técnica adequada das profissionais e a necessária regulamentação do serviço. A senhora Márcia Porse Barbosa Pires alertou que, ao regular a atividade das doulas, a parturiente também poderá exigir a inclusão de outros serviços tais como o fotógrafo, alimentação especial e cada vez mais recursos adicionais no momento do parto. Na sequência, apresentou cases de sucesso de centros hospitalares que disponibilizaram cursos de doulagem a toda a equipe técnica interna e que proíbem, terminantemente, o uso externo dessa atividade, tendo em vista a priorização e integração contínua da mesma equipe de trabalho na instituição. Por fim, defendeu que o projeto em tramitação estabeleça que o referido serviço seja executado pela própria equipe técnica hospitalar com a formação adequada, em observância aos princípios gerais SUS. A senhora Natália Fetter manifestou satisfação sobre à posição favorável do Simers na regulamentação dessa atividade e alertou que o projeto municipal não possui a intenção de regulamentar a profissão, tendo em vista que essa ação está sendo executada através de projeto que se encontra em tramitação no Congresso Nacional. Após, lembrou que praticamente a íntegra dos partos ocorrem nos hospitais, esclarecendo, contudo, haver dificuldades para o acesso das doulas, onde o projeto municipal pretende, basicamente, disciplinar o ingresso dessas profissionais às unidades hospitalares. Por fim, informou que os hospitais Divina Providência e Mãe de Deus possuem cadastro de doulas particulares, considerou que nada de novo está sendo implementado pela categoria e reconheceu a necessidade de equipe multifuncional para a qualificação permanente do serviço de parto.

Pronto Atendimentos - cumprimento do contrato feito com a PMPA



O não cumprimento dos contratos com as empresas responsáveis, a falta de servidores e a demora nos Pronto Atendimentos dos bairros Lomba do Pinheiro e Bom Jesus. Este foi o assunto discutido pela comissão de Saúde e Meio Ambiente no dia 12/4. O tema foi sugerido pelo vereador Aldacir Oliboni (PT). O encontro foi coordenado pela vereadora Cláudia Araújo (PSD).

O vereador Aldacir Oliboni lembrou que a gestão dos Pronto Atendimentos Bom Jesus e Lomba do Pinheiro atualmente é executada pela empresa ASPDM, acrescentando que o processo de terceirização teve início no ano de dois mil e dezanove com a promessa de considerável redução dos custos operacionais que seriam destinados ao investimento em melhorias na infraestrutura na Capital. Na sequência, enfatizou que o contrato não vem sendo integralmente cumprido; que os servidores efetivos foram transferidos para outras unidades depois de longos anos de atuação e experiência nas comunidades e que a Administração Municipal não está fiscalizando de maneira adequada o serviço contratado, nem realizando os investimentos prometidas. Em prosseguimento, enfatizou que a referida empresa paulista deve responder com a máxima brevidade as reclamações apresentadas pela comunidade ou o assunto será encaminhado ao Ministério Público para as medidas judiciais cabíveis. Por fim, manifestou preocupação e,

também, frustração diante da ausência de respostas técnicas por parte da representante da empresa terceirizada diante do descumprimento parcial do contrato. Sugeriu, ainda, o agendamento de uma nova reunião presencial na sede do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e conceder um prazo maior para a prestação dos esclarecimentos solicitados antes de eventual denúncia ao Ministério Público (MP/RS), com pedido de rescisão contratual. A vereadora Lourdes Sprenger informou não ter recebido os dados referentes aos problemas apontados e sugeriu visita da Cosmam nos locais que apresentam problemas. Por fim, admitiu que a situação do sistema de saúde é preocupante, mas justificou que os represamentos dos atendimentos ocorrem em função da pandemia, tanto no sistema público quanto na rede privada de atendimento. O vereador José Freitas ressaltou a importância na priorização da saúde e destacou as dificuldades de atendimento relatadas pela população em seu gabinete. Após, lembrou da falta de médicos em quantidade compatível com a demanda em diversas unidades de saúde e considerou que o ritmo da complementação das equipes técnicas pela SMS não vem suprimindo a demanda atual dos serviços. Por fim, informou ter encaminhado ao Executivo Pedido de Providências sobre os problemas enfrentados pelas unidades Monte Cristo e Moab Caldas, onde a SMS respondeu que estão sendo tomadas as devidas providências administrativas e jurídicas para a contratação de acentuado contingente de médicos para reforçar a rede de saúde da Capital, acreditando que a normalização dos serviços será apenas uma questão de tempo. O senhor João Ezequiel defendeu o atendimento público e qualificado através do SUS e criticou a terceirização devido a rotatividade contínua de trabalhadores, baixos salários e, até mesmo, o não pagamento salarial, exemplificando o caso do grupo Lyon Serviços Terceirizados na Capital. Por fim, também alertou que a empresa ASPDM está proibida de atuar junto ao governo de Santa Catarina e em diversos municípios do país devido às irregularidades praticadas. Por fim, citou estudos técnicos de conceituado pesquisador que evidenciaram os consideráveis prejuízos no processo de terceirização na gestão do sistema público de saúde. A senhora Gislene Mariano informou que os relatórios da prestação de contas financeiras e contratuais são enviados mensalmente para análise e apontamentos da Administração Municipal. Por fim, lembrou que compete à SMS ratificar se as atividades de colaboração na área da saúde vêm sendo devidamente cumpridas entre as partes, acrescentando, ainda, que os questionamentos e reclamações apresentadas também estão inseridos no referido documento. E, o senhor Daniel Lenz Faria Correa confirmou que a ampliação de leitos e demais manutenções, bem como as obras definidas para os Pronto Atendimentos da Lomba do Pinheiro e Bom Jesus constam no plano de colaboração com a ASPDM e ressaltou que a SMS está sempre disponível para repassar as informações demandadas pelos vereadores e comunidade em geral. Em prosseguimento, apostou no diálogo e transparência para a discussão do

contrato, tanto nos aspectos satisfatórios e negativos da gestão, reiterando, ainda, que a secretaria da saúde vem realizando a devida fiscalização sobre as atividades contratuais junto à empresa terceirizada. Na sequência, destacou cláusula que prevê a conclusão das obras até o mês de novembro corrente, destacando, também, que até o presente momento o prazo ainda não venceu, alertando, contudo, para o risco de descumprimento ou atraso das obras em função dos poucos meses restantes para sua implementação. Na sequência, lembrou haver alternativa jurídica para dirimir eventuais impasses, bem como a busca do devido ressarcimento ao erário e punição ao responsável em caso de descumprimento contratual. Reconheceu, ainda, as dificuldades de atendimento apontadas e destacou que nunca teve a intenção de defender a imagem de que não há problemas no sistema, reiterando haver a fiscalização permanente do contrato. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: a) solicitar o envio à Cosmam de cópia do relatório mensal de produtividade e prestação de contas que a ASPDM encaminha à Secretaria Municipal de Saúde e, no prazo de trinta dias, avaliar a necessidade de novo agendamento de reunião na Cosmam em conformidade com a evolução dos desdobramentos da presente pauta; e, b) solicitar fiscalização técnica do Ministério Público (MP/RS) sobre a precariedade de atendimento no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS), por ser o local com maior número de reclamações dos usuários na Capital.

O relatório foi encaminhado à COSMAM pelo Executivo, distribuído aos vereadores que compõem esta Comissão e , após, encaminhado ao MPRS com a solicitação para encaminhar fiscalização técnica nos locais abordados.

Implantação do Centro de Autismo da Capital



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre discutiu, na manhã desta terça-feira (19/04), o andamento do projeto de implantação do primeiro Centro de Referência no Tratamento do Autismo de Porto Alegre. A reunião para debater o tema, coordenada por Cláudia Araújo (PSD), foi solicitada pela vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB). No encontro, o diretor técnico do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e coordenador do projeto de implantação do Centro de Referência, psiquiatra infantil Alceu Gomes Correia Filho, disse que já em julho ou agosto o Centro deve começar a atender crianças de até 12 anos e, dentro de cerca de oito meses, adolescentes e adultos.

O senhor Alceu Gomes Correia Filho informou que um grupo de trabalho foi criado há pouco mais de um ano e três meses para elaborar o projeto no Executivo, envolvendo as três secretarias municipais já mencionadas e representantes da sociedade civil. Destacou, ainda, que ocorre prevalência da síndrome em um de cada cinquenta e seis nascimentos, onde se verifica demanda crescente na Capital, havendo atualmente seiscentas crianças aguardando o diagnóstico médico para serem encaminhada ao tratamento. Informou, também, que o edital para a criação do centro de atendimento está sendo concluído para ser inicialmente destinado aos pacientes na faixa de zero a doze anos para terapia multidisciplinar que também contará com o apoio da associação de pais de crianças autistas que atuarão no local, além do matriciamento que será efetuado nas escolas da rede municipal. Após, informou que a unidade a ser criada terá capacidade para

atendimento de trezentas crianças e contará com médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, enfermeiros, entre diversos outros profissionais para atuação em ambientoterapia e, também, no plano individual de atendimento. Por fim, acrescentou que em etapa posterior será escolhido um local mais amplo para atendimento dos adolescentes e adultos, justificando que o público infantil foi inicialmente priorizado, porque quanto mais precoce for o tratamento, melhor será a resposta da terapia obtida. O vereador Aldacir Oliboni indagou o motivo para a priorização do atendimento até os doze anos de idade e sugeriu a criação de uma ala exclusiva para orientação e encaminhamento dos casos de adolescentes e adultos que chegarem à unidade. Questionou, ainda, se os acompanhantes também contarão com passe livre no transporte público, tendo em vista que diversos grupos de beneficiários foram recentemente excluídos da gratuidade desse modal. Por fim, apresentou outras indagações técnicas e reiterou a necessidade de ampliação do serviço também às outras faixas etárias que convivem com o espectro autista na Capital. A senhora Ana Maria Rangel destacou a importância da intervenção intersetorial no processo de tratamento e destacou que o núcleo de educação permanente do Município irá proporcionar formações contínuas para contribuir e amparar o projeto. A senhora Luciana Martinez informou que tanto o paciente quanto o acompanhante já possuem passe livre no sistema público de transporte e destacou, também, a importância da atuação do assistente social no processo de triagem dos atendimentos para que as famílias também sejam contempladas no processo. Após, informou que a maioria dos casos de autistas possuem espectro leve e reiterou que o centro de atendimento a ser instalado deverá ser o mais completo do país devido à abrangência dos serviços especializados que disponibilizará aos usuários. Reiterou, ainda, que os pais também serão acolhidos no local e poderão vender lanches para auxiliar no custeio das despesas familiares, contando, nesse sentido, com total apoio da administração. Destacou, também, a importância do atendimento especializado no serviço público, bem como a prática da atividade escolar para a melhoria da qualidade de vida do paciente. Registra-se que, além dos convidados presentes anteriormente mencionados, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni e José Freitas. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou o seguinte ENCAMINHAMENTO: 1) agendar visita dos vereadores da Cosmam, assim que possível, preferencialmente em trinta dias, ao Centro de Referência Autista de Porto Alegre.

Tendo em vista a demora na conclusão da obra, a citada visita não ocorreu ainda.

Reunião debate o impacto da Covid no cérebro



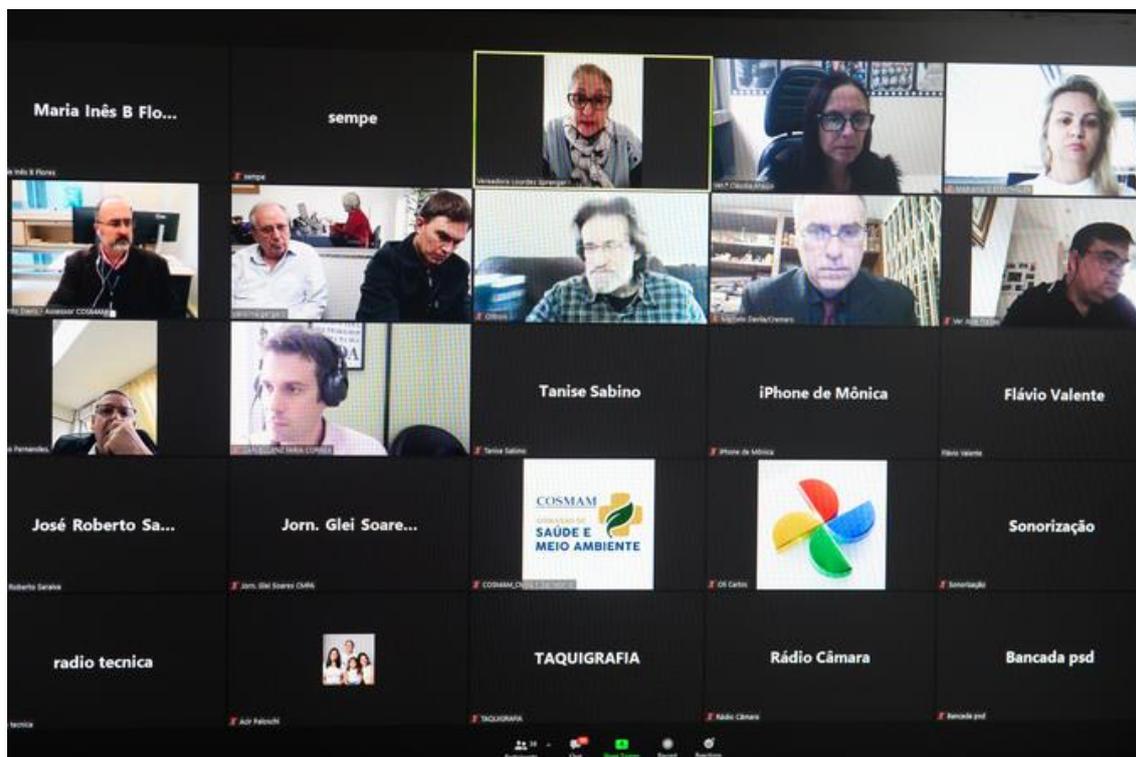
A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre debateu, na manhã desta terça-feira (26/04), os impactos do coronavírus no cérebro e de que forma se pode oferecer atendimento para as pessoas que ficaram com sequelas da doença.

A senhora Presidente, a vereadora Cláudia Araújo, manifestou preocupação quanto ao futuro da pandemia pelo surgimento de novas variantes e destacou a necessidade de diagnóstico e tratamento eficiente aos pacientes acometidos pelas sequelas do pós-covid. Por fim, defendeu a facilitação do acesso ao sistema público em função das reclamações recebidas em seu gabinete. Destacou, ainda, que as entidades acadêmicas de pesquisa e a SMS podem contar com o apoio da Cosmam para o estabelecimento de parcerias comentadas na presente pauta. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. A vereadora Lourdes Sprenger informou ser a proponente desta reunião e destacou a repercussão dos impactos à saúde mental na pandemia, associados ao aumento dos casos de depressão, perdas de familiares, agravamento da crise financeira, isolamentos, entre diversos outros fatores. Por fim, manifestou expectativa quanto aos resultados a serem obtidos nas pesquisas para a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população, tendo em vista o grande contingente de sequelados e a necessidade de o sistema de saúde absorver e tratar esses pacientes. A vereadora Tanise Sabino citou dados de recentes pesquisas desenvolvidas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Estadual de Campinas/SP (Unicamp) que mostram o aumento de casos de depressão, doença de Parkinson, perda de memória, envelhecimento precoce do cérebro, destacando, ainda, que a recuperação completa tem ocorrido apenas em um entre cada quatro pacientes. Acrescentou, também, que as mulheres, pessoas obesas e as que passaram pelo procedimento da ventilação mecânica estão sofrendo os maiores efeitos colaterais no

período pós-covid. Por fim, destacou projeto de sua autoria para implantação de laboratórios específicos destinados a esses pacientes no sistema municipal de saúde. A vereadora Mônica Leal parabenizou pela escolha da pauta e destacou matérias jornalísticas referentes às graves implicações sanitárias, acrescentando que o período já decorrido da doença evidenciou sequelas distintas e importantes que vão desde a fadiga persistente, insônia, dores em geral, fraqueza muscular, memória lenta, fibrose pulmonar, problemas cerebrais, entre diversos outros danos. Por fim, manifestou expectativa de que os novos estudos a serem realizados também ajudarão a compreender melhor e apontar alternativas viáveis ao combate eficiente dos impactos produzidos no cérebro humano. O vereador Aldacir Oliboni destacou ser compromisso do poder público a prevenção e superação dos traumas pós-covid e considerou que a política municipal para essa finalidade ainda não foi devidamente implementada no Município. Informou, ainda, ter contraído covid-19 e ter tido comprometimento de vinte e cinco por cento dos pulmões, destacando conviver com dores nas articulações, perda de memória e demais sequelas correlatas que prejudicam a qualidade de vida de todos os pacientes acometidos pela enfermidade. Por fim, indagou ao representante da SMS se há contrarreferência nas diversas zonas de atendimento da cidade, onde os pacientes de uma região são encaminhados para tratamento em centros especializados. Enfatizou, ainda, que essa prática não vem ocorrendo na região leste da cidade. O vereador José Freitas comentou sobre as sequelas deixadas pela covid-19, informando que apesar de ter tido sintomas leves, ficou praticamente quarenta dias sem sentir o olfato e paladar, além da desorientação espacial ao dirigir automóvel. Por fim, manifestou a expectativa de que o Executivo Municipal já esteja trabalhando para a implantação de estratégias de retaguarda sanitária a fim de combater de maneira eficiente os impactos deixados pela pandemia. O senhor Eduardo Rigon Zimmer comentou os estudos realizados sobre a covid longa, onde as pessoas permanecem com sintomas e sequelas persistentes sem saber os efeitos da doença a médio e longo prazo. Destacou, ainda, que alguns mecanismos fisiopatológicos são fáceis de identificar, tais como a dor pulmonar, perda de memória, problemas nas articulações e processos inflamatórios em geral e acrescentou que a pesquisa identificada internacionalmente como “brainfog” está relacionada aos danos provocados ao cérebro, associada à dificuldade de concentração, entendimento das coisas e dificuldades de raciocínio em geral, alertando que tais alterações podem trazer comprometimento por prazo indeterminado. Em prosseguimento, informou que duas agências internacionais irão financiar pesquisas acadêmicas na Capital no sentido de identificar os reais impactos da doença que vão desde os casos moderados a graves com marcadores que indicam risco de desenvolvimento de doenças degenerativas, destacando, ainda, o risco da incidência do mal de Alzheimer, devido ao aumento preocupante de casos demonstrados nos dados estatísticos. Após, comentou que o estudo a ser realizado busca contribuir no sentido de evitar o surgimento de uma nova pandemia não viral associada ao risco da ampliação de doenças cerebrais em um cenário em que o sistema de saúde teria que prover grande quantidade de cuidadores e diversas outras especialidades assistenciais à população. Por fim, informou que o referido estudo será aplicado a um grupo de cento e vinte indivíduos que foram contaminados pela covid; alertou para o impacto e consequências da doença nas populações socialmente vulneráveis que não foram adequadamente tratadas e manifestou interesse no trabalho conjunto com a SMS para a tabulação dos dados dos sistemas informatizados da rede pública de saúde da Capital. Acrescentou, ainda, que os projetos terão início na Capital em setembro e destacou que novos estudos serão futuramente estendidos para outras cidades gaúchas e, também, para os demais estados brasileiros. E, o senhor João Marcelo Fonseca lembrou que o tema referente à reabilitação pós-covid já foi tratado na Cosmam no presente exercício e acrescentou que o Postão do IAPI e o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) também estão integrados ao sistema Gercon para receber pacientes egressos da doença. Em prosseguimento, destacou a amplitude da rede pública de saúde

da Capital que é amparada por hospitais universitários, Hospital de Clínicas, Grupo Hospitalar Conceição, complexo Santa Casa, São Lucas da PUC e o instituto do cérebro, além dos hospitais de média complexidade que também são importantes para efetuar o suporte e absorção de pacientes. Destacou, também, que nas últimas semanas foi constatada redução dos casos pós-covid na porta de entrada SUS e destacou não haver fila relativas a essa demanda, em razão de que tais pacientes já foram absorvidos nos atendimentos ambulatoriais. Na sequência, destacou a importância do banco de dados municipal para o uso da academia na realização dos estudos, alertando que as informações privadas dos pacientes necessitam estar protegidas por protocolos de pesquisas e seguindo os critérios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para monitorar as intervenções médicas desse contingente populacional no decorrer dos próximos anos e décadas. Por fim, lembrou que um conjunto de outros procedimentos médicos foram represados nos dois últimos anos em decorrência da pandemia, efetuou relato do cenário atual da regulação do SUS e destacou que a demanda de casos pós-covid está controlada no momento. Reconheceu, contudo, as restrições de atendimentos apontados nesta reunião, lembrou das dramáticas restrições econômicas e sociais para o tratamento da camada mais vulnerável da população e confirmou haver contrarreferenciamento de atendimento na rede municipal de saúde. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) acompanhar e estimular a parceria da SMS com os institutos de pesquisas votados aos traumas pós-covid, em especial com INSCER, que irá realizar os estudos coordenados pelo doutor Eduardo Rigon Zimmer e, 2) agendar nova reunião sobre o tema na Cosmam quando houver avanços concretos referentes à evolução do tratamento pós-covid a serem estudados nos projetos em desenvolvimento.

Lotação das emergências pediátricas



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre (Cosmam) realizou reunião, na manhã desta terça-feira (3/5), para tratar da situação das emergências pediátricas em Porto Alegre. O tema foi sugerido pela vereadora Cláudia Araújo (PSD), que manifestou preocupação com a proximidade do inverno, a superlotação e o fechamento de várias emergências na capital.

A vereadora Cláudia Araújo, informou ser a proponente da pauta e destacou que o assunto é muito importante para ao atual momento devido ao início do período de frio, conseqüente aumento da demanda e a necessidade de evitar superlotações nas unidades de atendimento. Em prosseguimento, fez uma síntese sobre a atual conjuntura da rede de saúde municipal e ressaltou o baixo valor da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) destinado ao custeio e manutenção da rede hospitalar. Destacou, ainda, a importância da busca por soluções concretas ao invés do reiterado agendamento de reuniões para a continuidade do debate. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. O senhor José Roberto Saraiva relatou a superlotação no Hospital Criança Conceição informando haver atualmente dezoito pacientes a serem destinados à quatorze leitos SUS disponíveis e destacou que tal situação se repete diariamente. Por fim, manifestou expectativa quanto às providências a serem adotadas pela SMS no sentido de normalizar a demanda, lembrando que a estação

de inverno ainda não começou. O senhor Cincinato Fernandes Neto comentou sobre a ampliação de leitos de emergência do HMIPV, destacando que a medida será adotada de forma permanente, não ficando restrita apenas durante a operação inverno. Por fim, também informou que haverá ampliação de leitos de UTI pediátrica, destacou que o hospital possui emergência portas abertas vinte e quatro horas e que raramente se encontra em estado de restrição de atendimento, acrescentando que todos os pacientes são acolhidos, até mesmo nos períodos de superlotação. O senhor Daniel Wolff lembrou que a SMS lançou em abril o programa SOS emergência, buscando atenuar a angústia dos pais no período de aumento das doenças respiratórias das crianças. Na sequência, comentou que o fechamento das alas de emergências pediátricas do Hospital São Lucas da PUC e da Santa Casa de Misericórdia agravaram a situação na rede pública de saúde e atribuiu o atual aumento da demanda pelo retorno pleno das atividades presenciais que não ocorreram nos dois últimos anos durante o período mais intenso da pandemia de Covid-19. Destacou, também, que o aumento da busca por atendimento pediátrico normalmente ocorre durante o inverno e destacou a importância no reforço da infraestrutura permanente da rede pública principalmente na época de frio mais acentuado. Após, comentou sobre o envio de correspondências pela SMS às diversas instâncias do judiciário, legislativo e governo estadual no sentido de buscar incluir os planos de saúde para a ampliação do atendimento a fim de evitar a sobrecarga na rede após às vinte e duas horas. Por fim, também lembrou que o único hospital privado que atende os convênios à noite é o Moinhos de Vento, em cenário que contribui para a sobrecarga do SUS, sendo, portanto, necessária maior participação dos planos de saúde no atendimento de urgência. Acrescentou, ainda, a importância da valorização dos médicos para fidelização na carreira, no sentido de evitar que propostas melhores de trabalho retirem a qualquer momento, um grande contingente de profissionais contribuindo para a desassistência da rede pública da Capital. O senhor Paulo José Cauduro Maróstica também comentou sobre as dificuldades enfrentadas pelo HCPA devido à redução de leitos na rede pública da Capital e ao crescimento da demanda pediátrica ocorrida nas últimas semanas, destacando que a atual conjuntura é duas vezes superior à capacidade atual de leitos. Por fim, manifestou preocupação quanto ao risco de precarização do atendimento, destacando haver queda de qualidade técnica em comparação ao padrão usual que a instituição costuma dispensar aos seus pacientes. E, o senhor Daniel Lenz Faria Corrêa defendeu que a rede de pediatria deve ser planejada visando a participação dos entes públicos e privados, reiterando, contudo, que além da rede SUS somente o Hospital Moinhos de Vento vem mantendo o atendimento pediátrico estendido de urgência na Capital. Enfatizou, ainda, que o retorno dos eventos sociais e das atividades escolares contribuem para o avanço de doenças respiratórias no atual período do ano e destacou que esse cenário estava controlado durante o período

mais agudo da pandemia. Após, comentou sobre a importância da telemedicina e defendeu a implantação de uma unidade de Pronto Atendimento Virtual através da parceria com empresas que possuam soluções tecnológicas viáveis para essa finalidade. Acrescentou, ainda, que a SMS está finalizando estudos para a efetivação de contrato ou processo licitatório para implementar esse serviço na rede de saúde da Capital. Na sequência, comentou, também, sobre o aumento da demanda na porta de entrada das unidades hospitalares, lembrou da escassez de leitos durante o inverno e cobrou maior participação da rede privada de saúde para desafogar o atendimento público na Capital. Por fim, destacou a importância da inclusão neste debate do Instituto de Previdência do Estado (IPE), tendo em vista o grande contingente de pacientes vinculados a esta instituição que acabam recorrendo ao SUS ao não encontrar alternativas de atendimento pediátrico de urgência oferecidos pela instituição estadual de saúde. Acrescenta-se que, além de todos os convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, José Freitas e Mônica Leal. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) agendar, oportunamente, reunião ordinária com as direções dos principais planos de saúde que atuam na Capital visando buscar a expansão do atendimento portas abertas vinte e quatro horas durante o período de inverno e 2) solicitar relatório à SMS quanto a atual conjuntura da contratualização dos serviços de saúde municipal, número de vagas abertas, detalhamento da operação inverno e apresentação de calendário sobre a implantação de novos serviços voltados à qualificação da rede pública de atendimento.

Solicitado o relatório à Secretaria Municipal de Saúde, após reiterados pedidos, até o momento o mesmo ainda não foi disponibilizado.

Cosmam celebra o Dia da Enfermagem



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre comemorou, em sua reunião ordinária desta terça-feira (10/05), o Dia Internacional da Enfermagem. A data, 12 de maio, foi escolhida porque foi neste dia que nasceu Florence Nightingale (1820-1910), considerada a fundadora da enfermagem moderna.

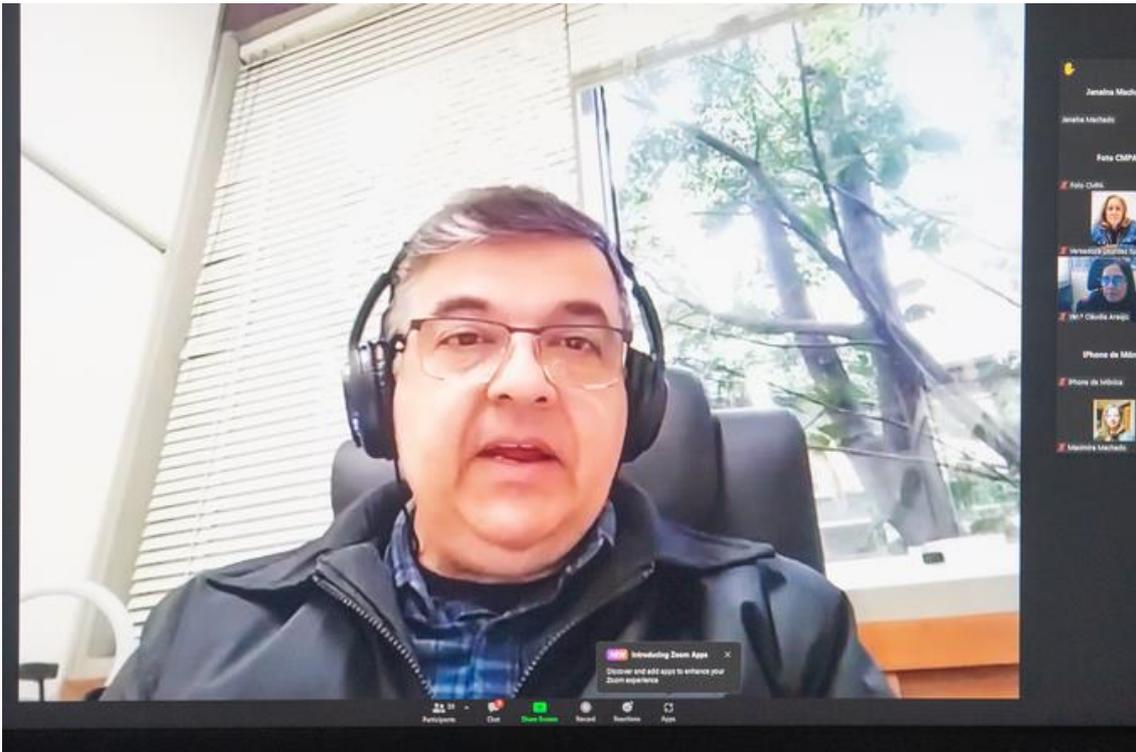
A vereadora Cláudia Araújo, efetuou diversas considerações sobre a pauta e defendeu ser viável a concessão do piso nacional da enfermagem no Município por considerar que o aporte financeiro necessário para essa finalidade representa apenas cinco por cento do investimento anual realizado no Sistema Único de Saúde (SUS) na Capital. Mencionou, também, o Projeto de Lei do Legislativo (PLL) de sua autoria para concessão de insalubridade no percentual de quarenta por cento do salário aos profissionais da saúde durante a pandemia lamentando, contudo, que a matéria foi rejeitada na Comissão de Justiça e Redação (CCJ) da Casa. Por fim, destacou que a categoria se encontra exausta e defendeu a valorização desses trabalhadores que desempenham importantes atribuições na rede pública de saúde. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. O vereador José Freitas informou ser o proponente da pauta e destacou a necessidades da implementação de diversos avanços para o atendimento dos pleitos apresentados pela categoria. Em prosseguimento, lembrou do estresse causado pela natureza do trabalho, carga excessiva de atividades que aumentou de forma acentuada durante a pandemia, pouco tempo para o lazer em função das longas jornadas, bem como os baixos

salários concedidos na rede pública municipal. Por fim, reiterou que tais desafios devem ser vencidos e destacou a importância de avanços junto ao poder público para pleno atendimento das demandas apresentadas. A senhora Rosana Metrangolo lembrou que a categoria passa por momentos difíceis que ficaram ainda mais evidentes a partir da pandemia da Covid-19, ilustrando, por exemplo, a falta de equipamentos adequados de proteção individual (EPI), más condições de trabalho, perda de colegas médicos, enfermeiros, técnicos e condutores por falecimento na pandemia. Na sequência, defendeu o uso da telemedicina e considerou que a enfermagem deve ser abordada de maneira abrangente, devido à natureza e avanços tecnológicos de suas atribuições e o número de profissionais que formam a base de sustentação do sistema de saúde. Após, defendeu a criação de um plano de carreira específico para a categoria, assim como ocorreu para os médicos através do Projeto de Lei do Executivo (PLE) nº 012/21. Por fim, defendeu que a carreira também deve permitir a atuação fragmentada do ofício, com carga horária especial, tendo em vista que muitos profissionais possuem um segundo emprego, atuam em consultórios particulares e necessitam passar por reciclagens constantes através de cursos de especialização e demais atividades correlatas. E, o senhor Leonardo Domingues Rodrigues reconheceu a importância da atuação dos enfermeiros durante a pandemia, com sobrecarga de atividades, realização de testes rápidos, recepção e tratamento dos enfermos em estado mais grave, aplicação de vacinas nos drive-thu e unidades de atendimento da Capital. Na sequência, informou que a enfermagem vem sendo praticada cada vez mais de forma padronizada através da implantação de novos protocolos de atividades, formação contínua através da capacitação de enfermeiros e técnicos com o objetivo de fortalecer cada vez mais as equipes que prestam serviço na rede pública do Município. Após, manifestou apoio às demandas apresentadas pela categoria, valorizou a atuação profissional e manifestou a expectativa de que um futuro projeto de lei de um plano de carreira dos enfermeiros venha a ser construído, sancionado e implantando a esses profissionais no Município. Por fim, mencionou os eventos que serão promovidos pela SMS em locais específicos da rede SUS em reconhecimento e comemoração da semana da enfermagem e destacou ter anotado as várias demandas e reclamações sobre as precariedades do Pacs e Serviço Móvel de Urgência (Samu) para constituir uma força-tarefa no Executivo e buscar o atendimento digno dos pleitos apresentados na reunião. Acrescenta-se que, além dos convidados presentes anteriormente mencionados, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, José Freitas, Mônica Leal e a Psicóloga Tanise Sabino, além do vereador Jonas Reis. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) agendar nova visita ao PACS para verificar o atual cenário e demandas pendentes em relação à última vistoria efetuada pela Cosmam no ano passado; e 2) enviar Pedido de

Informação ao Executivo para tomar ciência da destinação efetiva dos recursos provenientes das emendas parlamentares para a saúde mental dos pronto atendimentos que acabaram sendo terceirizados na Capital.

Encaminhado Pedido de Informação, a SMS respondeu que apresentaria o mesmo durante a próxima Audiência Pública de apresentação do Relatório de Gestão de Saúde.

Fibromialgia



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (17/5), para tratar das políticas públicas para pessoas com fibromialgia.

O vereador José Freitas informou ser o proponente da pauta e defendeu o tratamento multidisciplinar em função das peculiaridades e gravidade da doença. Após, anunciou projeto de lei de sua autoria para ampliar a regulamentação das políticas públicas de proteção das pessoas portadoras de fibromialgia e comentou sobre a concessão das carteirinhas para priorização do atendimento, fixação de cartazes sobre a priorização dos serviços públicos nos hospitais, laboratórios e pronto atendimentos, conforme lei de autoria do então vereador Engenheiro Comasseto sancionada no ano de dois mil e dezenove. Em prosseguimento, apoiou o uso de equipamento de fototerapia na rede municipal a ser fornecido gratuitamente pela Universidade de São Paulo (USP), desde que a proposta seja aceita pela SMS, com disponibilização de local apropriado de instalação e equipe técnica habilitada para operar o aparelho. Por fim, defendeu o agendamento de nova reunião com o secretário municipal da saúde para ajustar o cumprimento integral da lei municipal em defesa dos portadores de fibromialgia. O senhor João Lima destacou as políticas municipais formuladas pela SMS voltadas ao atendimento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis nas quais está inserida a fibromialgia que é uma enfermidade multifatorial, incurável, de causa desconhecida e que provoca dor crônica em vários pontos do corpo, em especial nos tendões e nas articulações. Comentou sobre a dificuldade de tratamento que necessita ações multidisciplinares e comentou, também, sobre as ações da secretaria da saúde destinadas à correta orientação dos médicos sobre a priorização dos atendimentos, bem como a distribuição de carteirinhas de identificação que foram recentemente confeccionadas em material plástico e durável. Após, reiterou que a doença integra um rol de outras enfermidades igualmente crônicas que exigem amplos cuidados e que estão associadas a várias patologias. Por fim, informou que o equipamento de fototerapia mencionado não foi adotado na rede pública municipal por

ainda não terem sido apresentadas evidências claras dos benefícios propostos e acrescentou que ampla análise técnica deverá ser realizada antes do eventual uso do equipamento na saúde pública do Município. O senhor Wolney Caumo comentou sobre sua atuação científica de pesquisador e estudioso da doença que ainda é muito mal compreendida pela sociedade em geral. Destacou, ainda, a importância da implantação de um processo educacional das equipes de atendimento na rede básica e demonstrou interesse na atuação em parceria com a SMS para realização de ensaios clínicos com técnicas não farmacológicas que podem ser alternativas de alívio aos desconfortos dos pacientes. Reiterou, ainda, que a doença não tem cura e apresentou um conjunto de terapias complementares para atenuar os sintomas, tais como a neuro educação em dor, terapias farmacológicas e atividades físicas personalizadas em um novo programa de tratamento a ser disponibilizado. Destacou, também, a importância do treinamento adequado de qualificação na porta de entrada da atenção primária no processo de triagem e encaminhamento dos casos mais graves aos centros de tratamentos especializados, bem como orientação dos pacientes para seguirem técnicas simples e personalizadas em suas residências visando atenuar as crises nas situações menos graves. Por fim, comentou sobre a importância do controle da dor para a harmonização do sono, humor, tratamento continuado e a expectativa de estabilização da enfermidade através do tratamento clínico, ressaltando que, através do treinamento adequado, as equipes da frente de atendimento inicial não necessitam possuir grande qualificação especializada para prestação do acolhimento com qualidade e conforto ao paciente. E, a senhora Caren Cunha efetuou histórico das atividades desenvolvidas pela Anfibro e comentou sobre o projeto de lei denominado "Daniel Lenz" que prevê em todas as esferas da atenção básica, o fornecimento de medicamentos controlados e informações adequadas sobre a doença com esclarecimentos a toda a sociedade. Em prosseguimento, comentou sobre a importância dos estudos científicos através de parcerias estratégicas e manifestou a disposição da Anfibro na oferta de cursos de capacitação para as equipes da atenção básica em processos de triagem e qualificação dos profissionais para atuação de referência no acolhimento, tratamento clínico e administração das questões emocionais. Por fim, ressaltou que o fornecimento de medicação de uso contínuo pelo SUS deve ser concedido através do diálogo na disponibilização das doses necessárias e sem a necessidade de judicialização da matéria. Apoiou, ainda, a implementação dos projetos oferecidos pelo doutor e professor Wolney em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. Acrescenta-se que, além dos demais convidados presentes anteriormente mencionados, também pronunciaram-se sobre o tema, os vereadores Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, José Freitas e Mônica Leal. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) enviar Pedido de Informações ao Poder Executivo solicitando o detalhamento do panorama atual de atendimento em fibromialgia na rede municipal e solicitar, também, a agilização do diagnóstico, disponibilização de medicamentos controlados, entrada célere do paciente no sistema de saúde para o início imediato do tratamento, encaminhamento adequado dos casos mais graves ao tratamento imediato, implementação do processo de treinamento dos profissionais e definição de protocolos de acolhimento adequado aos pacientes; e, 2) agendar reunião presencial com o secretário municipal da saúde para ampliar o debate sobre o assunto caso restarem dúvidas ou pendências sobre o teor a ser recebido das respostas descritas no item anterior.

O Pedido de Informação até o momento não foi respondido, ficando prejudicado agendamento da Reunião Presencial com o Secretário de Saúde.

UPA Partenon e a Unidade de Pronto Atendimento da Cruzeiro



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (24/5), para tratar das políticas públicas para a UPA Partenon e a Unidade de Pronto Atendimento da Cruzeiro. O tema foi sugerido pelo vereador Aldacir Oliboni (PT).

A vereadora Cláudia Araújo, destacou a necessidade de aprimoramento do sistema de saúde pública com o objetivo de qualificação permanente do atendimento humanitário aos pacientes. Em prosseguimento, enfatizou a importância do retorno por parte do Executivo sobre os Pedidos de Informação encaminhados pelo vereador José Freitas referente ao presente tema e destacou a necessidade de ampla reunião com os entes municipais para tratar do planejamento e cronograma da implantação da nova UPA Partenon. Na sequência, a senhora Presidente concedeu a palavra aos presentes para suas manifestações. O vereador Aldacir Oliboni efetuou relato do histórico da implantação das UPAs no Brasil e, em especial, das unidades de Porto Alegre. Após, comentou sobre a doação do terreno localizado ao lado do Instituto Psiquiátrico Forense (IPF) para a construção do novo Pronto Atendimento e lamentou que o então prefeito Nelson Marchezan tenha descontinuado a implantação do projeto em sua gestão. Após, alertou que a região leste permanece desassistida na área da saúde pública e informou que no intervalo de trinta dias a Frente Parlamentar do Legislativo em defesa do SUS irá realizar reunião ampliada no salão da Igreja São Jorge pela busca

da concretização do projeto, buscando contar com a presença do prefeito Sebastião Melo. Por fim, esclareceu que a sede da futura UPA não faz parte das dependências do IPF, mas ficará localizada no terreno ao lado, contando com as condições necessárias de atendimento seguro à população. O senhor Daniel Lenz Faria Corrêa considerou que a simples abertura de uma nova UPA não resolve o problema de atendimento da região, sendo necessário ampliar a oferta de leitos, tendo em vista a demanda reprimida de trinta por cento na Capital. Acrescentou, ainda, que um novo Pronto Atendimento poderia expandir em até cinquenta por cento a demanda por novas hospitalizações tendo em vista o provável ingresso de pacientes de outros pontos da região metropolitana, principalmente oriundos da porta de entrada do município de Viamão. Em prosseguimento, informou que a SMS vem negociando a ampliação de leitos hospitalares com o objetivo de reverter o atual cenário e destacou que boas notícias sobre o assunto deverão ser divulgadas nos próximos dias. Acrescentou, também, que irá buscar informações junto ao Executivo sobre o trâmite atual da nova UPA e irá se manifestar posteriormente com os dados atualizados sobre assunto. Por fim, acrescentou, ainda, que o Hospital de Clínicas de Porto Alegre já informou não possuir condições para cedência de recursos humanos ao novo empreendimento e destacou, também, que o Ministério Público acionou a direção do Hospital da Pontifícia Universidade Católica (PUC) para se manifestar sobre o fechamento da unidade de emergência SUS da instituição, tendo em vista que o Executivo não foi informado sobre tal procedimento e que permanece efetuando repasses de recursos para a continuidade dos serviços. O senhor Rogério Cardoso lembrou que a superlotação da saúde é histórica nesse período do ano e que é agravada pela ausência da ampliação estrutural da rede e contratação insuficiente de médicos e demais profissionais do ramo. Em prosseguimento, considerou um contrassenso a instalação de uma nova UPA ao lado do Instituto Psiquiátrico Forense que acolhe delinquentes de todo o estado, incluindo assassinos perigosos, pedófilos e demais pacientes com graves desequilíbrios mentais que passam a circular nas dependências e imediações durante os estágios mais avançados de recuperação. Por fim, sugeriu a prospecção de outro local mais seguro para a implantação do referido projeto. O senhor Waldir José Bohn Gass destacou que a obra em debate é um antigo clamor popular da região leste em função da recorrente superlotação da rede pública de atendimento. Na sequência informou haver defasagem de tinta e dois por cento dos profissionais da saúde na Capital e lembrou, ainda, que diversas verbas públicas deixaram de ser utilizadas por falta de projetos por parte do Executivo, lembrando, também que pela mesma razão deixou de ser investido nas obras do PACS o montante de dez milhões de reais provenientes do orçamento federal. Por fim, defendeu a atualização urgente do plano de saúde municipal com o intuito de avançar na defesa e proteção do SUS e garantir o acesso universal da saúde pública à população. E, a vereadora

Mônica Leal considerou esclarecedoras as manifestações do representante da SMS que apresentou informações objetivas e verdadeiras sobre o assunto, acrescentando, ainda, que o maior problema apontado é a falta de leitos nos períodos mais acentuados de frio. Em prosseguimento, reconheceu a necessidade da ampliação permanente da rede pública para normalização dos serviços, mas acrescentou que muitas das dificuldades apontadas ainda são remanescentes da pandemia de Covid-19 agravadas pela onda de dengue e gripe que atingem a Cidade. Por fim, destacou o empenho da SMS na melhoria constante dos serviços visando o atendimento qualificado da população. Acrescenta-se que, além dos convidados presentes registrados nesta Ata, pronunciaram-se, também, sobre o tema os vereadores Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, José Freitas e Mônica Leal. Após ouvir todas as manifestações, a senhora Presidente determinou o seguinte ENCAMINHAMENTO: 1) agendar reunião conjunta com a Frente Parlamentar em defesa do SUS no prazo máximo de trinta dias, a ser realizada no salão da Igreja São Jorge e buscando as participações do senhor Prefeito Municipal, vereadores da Cosmam, Conselho Local de Saúde Partenon, Conselho Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e chefe do departamento de engenharia da SMS para debater a efetivação concreta do projeto da UPA Partenon.

A reunião conjunta não ocorreu até o momento em face da dificuldade das agendas dos envolvidos.

Audiência Pública para apresentação do Relatório de Gestão de Saúde do 1º Quadrimestre de 2022



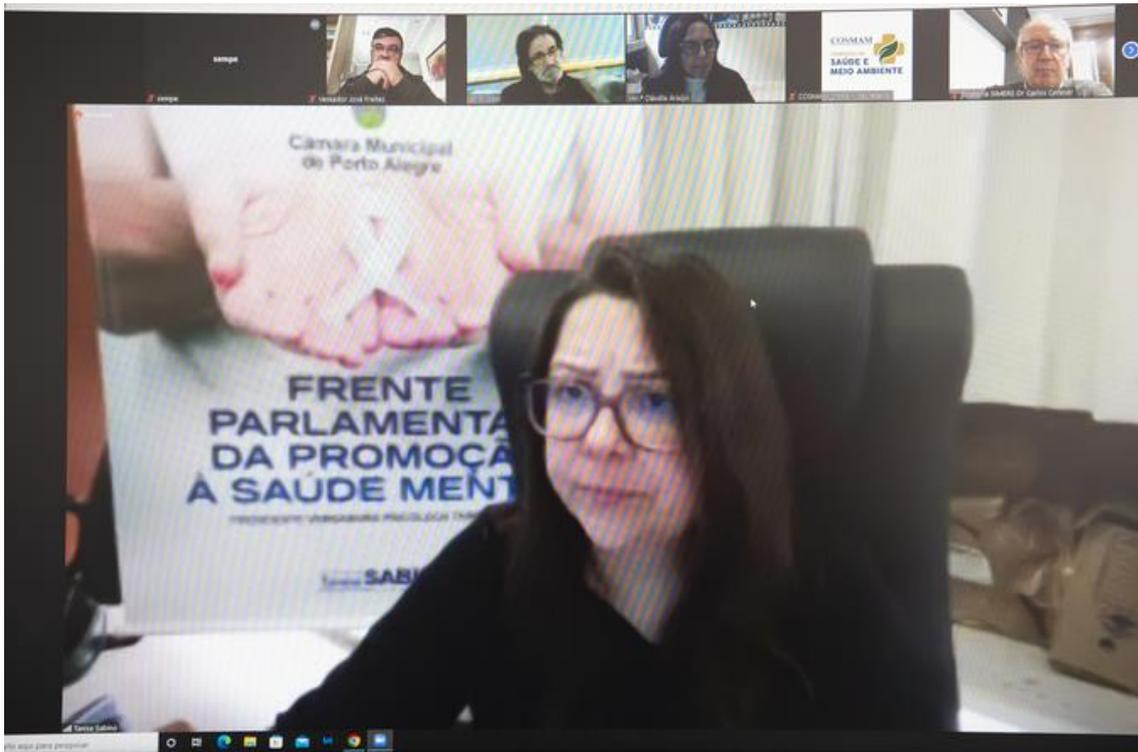
A Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou audiência pública nesta terça-feira (31/5) para apresentação do relatório das metas da saúde do primeiro quadrimestre de 2022. A reunião, conduzida pela presidente da comissão, vereadora Cláudia Araújo (PSD), teve a participação do secretário municipal da Saúde, Mauro Sparta.

O secretário falou sobre as medidas permanentes da Prefeitura contra a Covid-19; o serviço de atendimento à população; a atualização do plano de operação da vacina e a disponibilidade de mais de 100 leitos. Mostrou um comparativo dos casos de Covid de 2021 para 2022, que aumentou, porém ressaltou que diminuiu a taxa de gravidade da doença por causa da vacina. Citou também a liberação da quarta dose para a população com 60 anos ou mais.

Sparta também falou sobre os casos de dengue. Disse que houve três mortes por causa da doença e que todas possuíam comorbidades. Destacou ainda o aumento no número de casos de dengue comparado com o ano passado. O secretário também disse que seria interessante fazer “uma sintonia” com as secretarias de Saúde de cidades da Região Metropolitana para que os pacientes em estado menos grave possam ser atendidos em suas cidades, liberando assim leitos para pacientes de maior gravidade tanto destes municípios quanto os da Capital.

Cláudia Araújo concordou com o secretário que deveria ser feito algum acordo entre as prefeituras da Região Metropolitana e a Prefeitura da Capital no sentido de enviar para Porto Alegre apenas pacientes de alta complexidade. " A Secretaria de Saúde pode contar com a Cosmam e com a Câmara em ações que busquem sempre a melhoria no atendimento à população", afirmou a presidente da comissão."

Mutirão de Mamografias no Outubro Rosa



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (07/06), para tratar da preparação do Mutirão de Mamografias na Campanha Outubro Rosa. O tema foi sugerido pela vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB) e quem conduziu o debate foi a presidente da Cosmam, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Tanise enfatizou a importância de considerarmos os sinais na pele, como vermelhidão e inchaço, e o autoexame para detectar o câncer de mama. A identificação precoce pode garantir a cura em até 95% dos casos. “Precisamos falar da questão da prevenção e do tratamento do câncer de mama o ano inteiro. É o segundo tipo de câncer mais frequente nas mulheres. Perde somente para o câncer de pele.”

O diretor-geral do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, Cincinato Fernandes Neto, afirmou que no estado existe uma prevalência do câncer de mama, o que está relacionado a excesso de álcool, carne vermelha e nicotina. Segundo ele, a fila de 20 mil mulheres que aguardam ecografias mamárias é uma preocupação constante. “Em parceria com o Ministério da Saúde, tivemos uma emenda de R\$ 3,5 milhões para comprar um mamógrafo digital, para ofertarmos mamografia tanto para o hospital quanto para a rede.”

ENCAMINHAMENTO: enviar Pedido de Informação ao Executivo solicitando os dados atualizados referentes ao panorama amplo de atendimento da saúde da

mulher, bem como sobre o quantitativo atual da demanda reprimida de exames de imagens referidos nesta reunião, providências adotadas e a previsão de tempo para eliminação da fila de espera.

Novamente, apesar de reiterados pedidos, ainda não foi disponibilizado o relatório requerido ao Executivo.

Debate sobre o combate ao vitiligo e em relação a doação de sangue



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (14/06), para tratar do combate ao vitiligo e de doação de sangue. A pauta foi sugerida pelo vereador José Freitas (REP). O debate foi conduzido pela presidente da Cosmam, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Freitas citou o resultado positivo da reunião sobre o combate ao vitiligo realizada no ano anterior. “O encaminhamento da reunião do ano passado foi uma emenda impositiva para aquisição de um equipamento de fototerapia para o Hospital de Clínicas, que está em tramitação”, ressaltou.

Representando a Secretaria Municipal de Saúde, João Bonfadini falou sobre os procedimentos que são feitos quando chegam os pacientes com diagnóstico. “Nós temos um fluxo de atendimento onde temos os profissionais que vão acolher o usuário com queixa específica. No caso de uma queixa de lesão cutânea, como vitiligo, o usuário com uma lesão mais extensa ele é encaminhado via gerenciamento de consultas para um atendimento especializado com dermatologista. O dermatologista que vai encaminhar o usuário para a fototerapia ou outro tratamento mais específico, onde no momento somente o Hospital de Clínicas tem tais recursos”.

O dermatologista do Hospital de Clínicas Renato Bakos esclareceu sobre como a doença se desenvolve e quais as formas de tratamento. “Temos como um grande

recurso para o tratamento do vitiligo a fototerapia. Então estamos muito empolgados com a ideia de receber este equipamento, pois sem dúvidas teremos mais pacientes beneficiados. Em raras exceções há tratamentos mais específicos, mas a fototerapia e o tratamento medicamentoso compõem 95% dos casos. É algo que faz parte do cotidiano dos pacientes”.

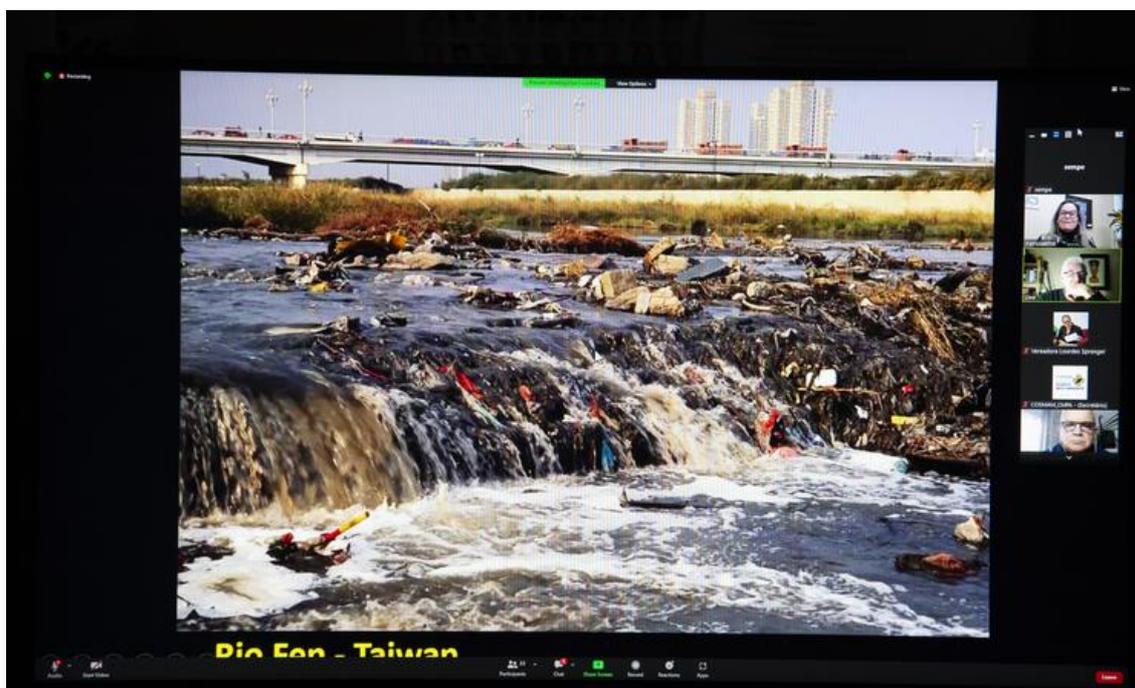
Sangue

Sobre o tema da doação de sangue, Rosana Meyer Neibert, também representante da Secretaria de Saúde, falou sobre uma alternativa possível para atender a demanda de coletas de sangue na Capital. “Acho que seria interessante fazer alguma agenda de final de semana para utilizar as unidades móveis, ou em conjunto com alguma outra ação da Secretaria de Saúde. Vamos ter um público interessante e vamos conseguir cumprir essa meta fundamental para ampliar a doação de sangue”, destacou.

ENCAMINHAMENTOS: 1) enviar Indicação ao Ministério da Saúde, anexando pareceres técnicos emitidos pela Associação Psoríase Brasil e Sociedade Brasileira de Dermatologia, entre outras entidades, endossando a necessidade de disponibilização imediata do medicamento Pimecrolimo, para complementar o tratamento de vitiligo na rede básica de saúde da Capital; 2) enviar Pedido de Indicação ao Executivo sugerindo que a SMS efetue de maneira formal, o pedido de utilização da estrutura do Hospital Pronto Socorro (HPS) para a realização de campanhas para doação de sangue; e, 3) estimular o desenvolvimento da construção de estratégias para qualificar a adesão popular nas campanhas de doação de sangue na Capital.

As Indicações foram enviadas aos respectivos órgãos, porém até o momento ainda não se tem notícia sobre a efetiva aplicação das mesmas.

Importância das instituições de pesquisa para salvaguarda da biodiversidade



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (21/06), para tratar da importância das instituições de pesquisa para salvaguarda da biodiversidade e dos processos ecológicos. A pauta foi proposta pela vereadora Lourdes Sprenger (MDB), que conduziu o debate.

Patrícia Witt, chefe da Divisão de Pesquisa e Manutenção de Coleções Científicas do Departamento de Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente do RS, falou que as manutenções feitas pelas universidades, centros de pesquisa e os órgãos públicos têm sido fundamentais no incentivo e na proteção da biodiversidade. “Quando a gente fala da preservação da natureza, logo pensamos em florestas, na Amazônia e em áreas grandes, mas isso começa na nossa cidade, e Porto Alegre sempre teve historicamente um papel muito importante na preservação de remanescentes ambientais.”

A Vereadora Lourdes ressaltou a importância de trazer especialistas para os vereadores terem subsídios para poder defender os projetos que são apresentados para a valorização das pesquisas e dos pesquisadores. “São pessoas com profundos conhecimentos em suas áreas e nós aprendemos muito nestes poucos minutos, e vamos procurar por novas pautas e novos encaminhamentos.”

A reunião ainda teve como convidados o professor Uwe Horst Schultz, do curso de Ciências Biológicas e do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade da

Unisinos, e a doutora em Ecologia e Recursos Naturais pela UFSCAR, Saionara Salomoni.

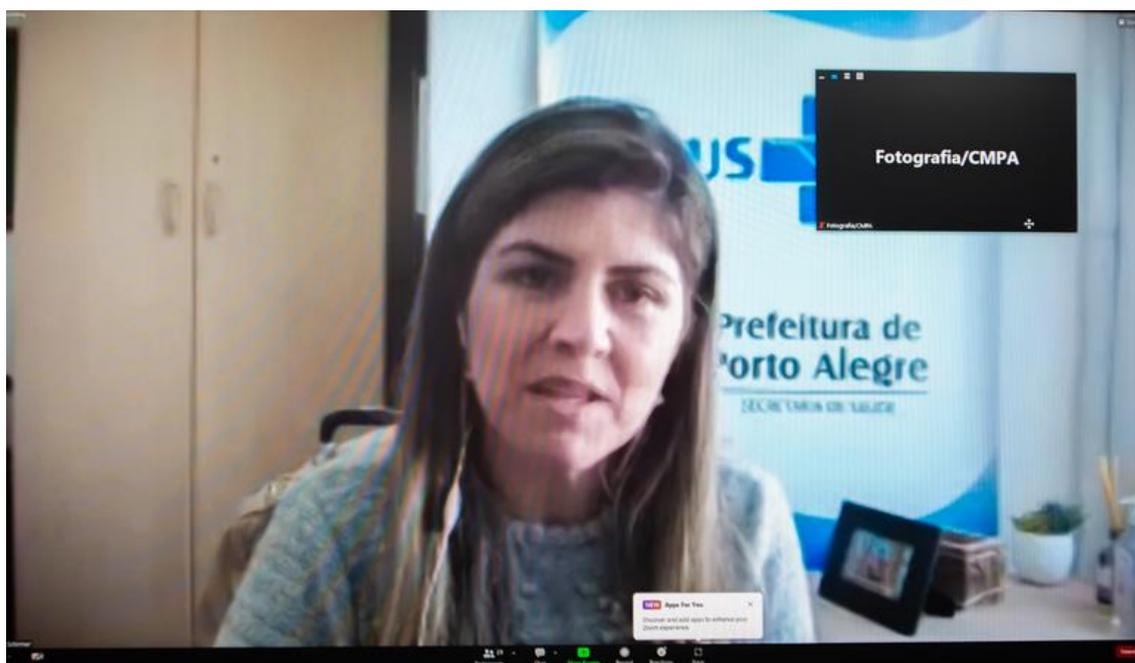
Cosmam trata da falta de funcionários na área da saúde



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (05/07), para tratar da falta de servidores públicos em hospitais e pronto-atendimentos. A pauta foi proposta pelo vereador Aldacir Oliboni (PT), que observou que devido à pandemia da Covid-19, diversos concursos foram renovados, alguns na área da saúde, como o dos enfermeiros (concurso 597), onde 65 candidatos passaram para a vaga, entretanto não foram chamados para tomar sua posse. Já no concurso de técnicos de enfermagem (concurso 649), foram aprovados 321, porém, 125 profissionais concursados ainda não tomaram sua posse. Oliboni citou que ainda há falta de servidores em diversos hospitais e pronto-atendimentos, como Hospital Pronto Socorro (HPS) e posto da Cruzeiro. "E mesmo assim alguns profissionais concursados não são chamados ou são chamados aos poucos." Em nome da Secretaria Municipal da Saúde, o coordenador de Urgências, Daniel Lenz Corrêa, garantiu que os aprovados nos concursos estão sendo chamados. "Neste momento, já estamos sim chamando servidores. Um servidor já foi para o SAMU, enfermeiro, e já quatro para o PACS, além de médicos servidores começando no SAMU". No total, há 150 servidores sendo realocados para reforçar os hospitais e pronto-atendimentos, acrescentou ele.

Ficou encaminhado o agendamento de nova pauta para renovar o debate e análise sobre a evolução das soluções do PACS referente à falta de servidores, além de esclarecer a denúncia de que a área de atendimento em saúde mental seria transferida para outros locais da rede, deixando desassistidos os pacientes daquela ampla região da cidade.

Cosmam debate importância do combate às hepatites



Diretora de Atenção Primária da SMS, Caroline Schirmer, apresentou dados sobre testes

Na reunião desta terça-feira (12/7) da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) na Câmara Municipal de Porto Alegre, foi debatido o combate às hepatites. A vereadora Cláudia Araújo (PSD) presidiu a reunião e destacou a importância do combate às hepatites, seus efeitos, perigos e tratamentos. O tema, conforme ela, foi abordado por ocasião do “Julho Amarelo”, mês da luta contra as hepatites virais e o câncer de fígado.

O médico Eduardo Emerim informou que grande parte das pessoas que contraem HIV morrem por hepatite, após a destruição do sistema imunológico. Citou que a hepatite C é a mais perigosa, pois ela é crônica e pode causar câncer de fígado. O médico admitiu que na pandemia houve certas dificuldades na área da saúde para os diagnósticos das hepatites e seus colaterais, porém já está estabilizado e o trabalho nesta área segue normal. Segundo ele, o SUS possui zero pacientes na fila de espera para tratamento ou diagnóstico sobre hepatite, mostrando a eficiência do serviço público. “Hepatite C é doença de gente mais velha, não é doença de gente jovem, a menos que tenha algum contágio por uso de drogas, piercing, tatuagem ou sexo desprotegido”. Emerin ainda sugeriu aos vereadores que façam um projeto de lei prevendo que pessoas com mais de 40 anos façam teste de hepatite C em postos de saúde e hospitais.

O tema foi tratado também pelo médico Sérgio Schiefferdecker, que destacou a influência do Rotary na área da saúde, principalmente na distribuição das vacinas de poliomielite no mundo e, agora, no combate às hepatites. Desde de 2019, o Rotary possui um projeto chamado “Hepatite zero”, um movimento semelhante à vacinação da poliomielite, porém junto da Secretaria Municipal da Saúde e da Organização Mundial de Saúde (OMS). A “Hepatite zero” tem previsão para ser posta em prática e usada na população em 2030.

A diretora de Atenção Primária da SMS, Caroline Schirmer, informou os seguintes dados na atenção primária referentes às hepatites: 3 mil testes realizados para hepatites em julho e 40 mil desde junho do ano de 2021. A diretora disse que a maioria das pessoas que fez os testes de hepatite possuía menos de 40 anos. “Dos 40 mil, somente 10 mil

tenham mais de 40 anos." Concluiu reforçando a importância dos testes de hepatite para o bem da população, principalmente para pessoas acima dos 40 anos de idade.

Ficou como encaminhamento agendar reunião entre os vereadores da Cosmam e representantes da SMS (entre eles, os senhores Eduardo Emerim e Caroline Schirmer), a ser realizada com a brevidade possível, para definir questões técnicas na elaboração de projeto de lei que será protocolado de forma coletiva pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Casa, com a finalidade de instituir na Capital um programa efetivo de combate às hepatites virais, disponibilização de programa de testagem para pessoas a partir dos quarenta anos e definição de estratégias concretas para erradicação da doença até o ano de dois mil e trinta no Município, em conformidade com as propostas debatidas na presente reunião o que não ocorreu até o momento.

Recuperação do paciente após a laringectomia

02/08/2022

Cirurgia de Laringectomia total

Antes

- Temperatura = 36° C
- Umidade = 98 %

Depois

- Separação do esôfago e da traquéia
- Perda das funções do nariz
- Temperatura = 20° C (-44%)
- Umidade = 42 % (-57%)

- Perda da voz
- Estoma permanente
- Hipersecreção
- Aumento da tosse
- Expectoração forçada
- Impactos psicossociais

Impacto na qualidade de vida

Comissão de Saúde debate reabilitação de pacientes laringectomizados

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (02/08), para tratar da reabilitação dos pacientes laringectomizados. A pauta foi proposta pela vereadora Cláudia Araújo (PSD), que conduziu o debate. Segundo a vereadora, a perda da voz laríngea é a principal sequela das cirurgias de laringectomia total. “A voz representa a identidade do indivíduo. Perdê-la significa limitar a interação social, a comunicação por meio de sentimentos, desejos e das características individuais e biológicas.”

A fonoaudióloga do Grupo Hospitalar Conceição Jordana Balbinot ressalta que o câncer de laringe está entre os dez tipos mais incidentes que atingem homens no Brasil. Em casos avançados, é realizada a cirurgia de laringectomia total, onde é retirada toda a laringe. Após o procedimento, o paciente tem como principais mudanças a presença do estoma permanente, perda da voz, perda da capacidade de filtrar, umidificar e aquecer o ar e tem o aumento da secreção e tosse. Dentre os métodos de reabilitação existem a laringe eletrônica, que se trata de um equipamento portátil que funciona com baterias recarregáveis, a prótese traqueoesofágica e a voz esofágica. Nos últimos dez anos, 565 pacientes passaram pela cirurgia de laringe no estado.

Representando a Secretaria de Saúde, Francisco Isaias, comentou que há a necessidade da habilitação de entidades hospitalares para o acompanhamento da colocação do equipamento e de toda a linha de cuidados que envolve a reabilitação vocal. “A linha de cuidados começa na atenção primária, vai para os atendimentos de média complexidade e chega na questão hospitalar de alta complexidade. Esta linha de cuidado tem que ser o grande *start* desta política.”

ENCAMINHAMENTO: 1) enviar Pedido de Informação à SMS para obter o quantitativo de pacientes em fila de espera para o procedimento cirúrgico objeto da pauta, necessidades de insumos e demais informações técnicas pertinentes sobre a demanda atual de laringectomia e traqueostomia e, oportunamente, marcar nova reunião na Cosmam a fim de avaliar a evolução do cenário dessa modalidade de atendimento na rede pública de saúde da Capital.

Mais uma vez, até o momento o Pedido de Informação ainda não foi respondido.

Reunião conjunta de comissões debate detalhes do novo Marco Regulatório do Saneamento



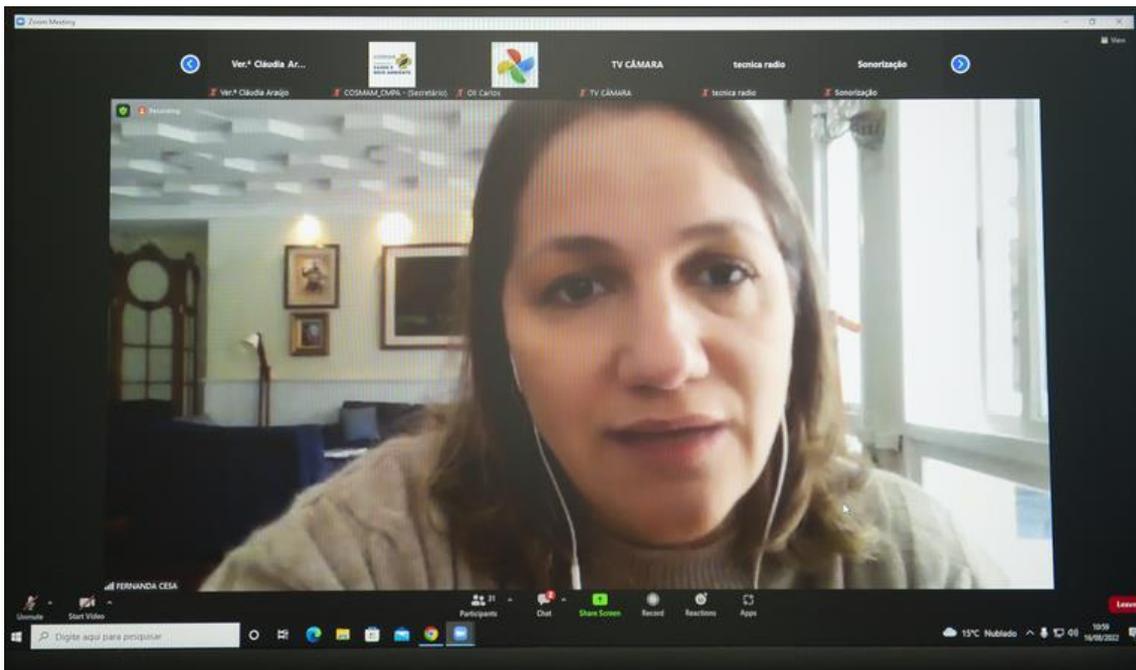
A reunião conjunta das comissões permanentes Cefor, Cosmam e Cuthab, realizada nesta terça-feira (09/08) discutiu o novo Marco Regulatório do Saneamento. O tema da reunião foi proposto pela vereadora Mari Pimentel (NOVO), que presidiu o debate no Plenário Ana Terra da Câmara Municipal de Porto Alegre.

Yves Besse, CEO da Cristalina Saneamento, falou sobre o histórico do saneamento do Brasil e a revisão do Marco Regulatório, que foi aprovado pelo Senado. O processo deverá começar pelo planejamento, regulação e a regularização conforme a legislação. A responsabilidade de definir as diretrizes do setor de saneamento é municipal. Atualmente, 100% da população de Porto Alegre é ligada à rede de água potável, porém somente 75% tem tratamento de esgoto na Capital, o que é considerado a média do País. “Acabaram os privilégios das companhias estaduais. Elas podiam estabelecer contratos diretamente com os municípios sem licitação pública. Isso foi utilizado mais como uma maneira de fazer política e não a favor do saneamento. Oferecendo contratos precários, sem metas e não atingindo os objetivos acertados. Hoje não existe mais este tipo de contrato. Quem quer participar, passa por licitação como todo mundo.”

O novo Marco

Com a aprovação da Lei nº 14.026/2020, que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico, a relação regulatória entre a Agência Nacional de Águas (ANA) e o setor de saneamento atingirá um novo patamar, já que a agência passará a editar normas de referência. Estas regras de caráter geral deverão ser levadas em consideração pelas agências reguladoras de saneamento infranacionais (municipais, intermunicipais, distrital e estaduais) em sua atuação regulatória.

Cosmam debate o impacto da depressão infantojuvenil



Psicóloga Fernanda Cesar foi uma das convidadas da reunião

Os impactos da depressão infantojuvenil foi o tema abordado na reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre nesta terça-feira (16/8). A pauta foi proposta pela vereadora Mônica Leal do (PP), que também presidiu o encontro.

Ficou encaminhado um pedido de revisão sobre a Lei 13.935 de 2019, que prevê que as redes públicas de Educação Básica contem com serviços de Psicologia e do Serviço Social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, para levantar informações sobre a sua regularização. Também foi marcada uma reunião, ainda para este mês de agosto, entre Câmara, Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e o prefeito para abordar os problemas e possíveis soluções para o assunto.

Lissandra da Silva Pedroso, pediatra do CAPS Harmonia, falou sobre alguns dos sintomas de depressão em crianças e adolescentes. “Episódios persistentes de infelicidade, perda de prazer nas atividades diárias, irritabilidade, perda de apetite e distúrbios do sono”. Segundo a pediatra, essas características podem mudar de acordo com a idade, sexo, e ambiente familiar das crianças.

De acordo com ela, 1% a 2% dos adolescentes possuem sintomas de depressão. Além disso, o pós-pandemia mostrou que o número de pessoas diagnosticadas

com depressão aumentou. "Eram cinco ou seis antes da pandemia e a média subiu para 30 pessoas em 2022". Para a profissional, além do tratamento dos casos, a prevenção é um fator importante no combate a este tipo de doença.

A psicóloga Fernanda Cesar, professora na PUCRS, alertou para a necessidade de investimento no setor público no tratamento da infância e adolescência. "Tratamento no sentido de oferecer espaços de atenção, e atenção também para prevenção". Ela ressaltou a necessidade de medidas de prevenção e atenção básica para jovens, adolescentes e adultos, visando evitar o desenvolvimento da doença.

ENCAMINHAMENTO: 1) enviar Pedido de Informação ao Executivo Municipal para tomar ciência do atual estágio da regulamentação para implementação em nível municipal da lei federal nº 13.935/19, que prevê para a rede pública de educação básica a "instalação de serviço de psicologia e de serviço social voltados ao atendimento das necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais". Após a obtenção das referidas informações, agendar nova reunião na Cosmam para identificar a evolução da pauta e formular estratégias para agilizar as etapas eventualmente pendentes no cronograma do Executivo para a efetiva implantação deste instrumento legal obrigatório no Município.

As informações requeridas ainda não foram recebidas por esta Comissão.

Debate sobre projeto socioambiental de alporquia de frutíferas



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (23/08), para tratar do projeto ambiental e social de alporquia de frutíferas. A pauta foi sugerida pela vereadora Lourdes Sprenger (MDB). O debate foi conduzido pela presidente da Cosmam, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Lourdes parabenizou o projeto e disse estar feliz em ter feito o indicativo para trazê-lo para a Câmara da Capital. “Esta pauta surgiu porque ela tem envolvimento com o meio ambiente, nós damos uma atenção ao projeto por julgar sua importância. Diante disso, desejamos que seja implantado e que tenha uma boa aceitação.”

Elias Vidal, ex-vereador de Porto Alegre e um dos proponentes, apresentou a origem do projeto e a sua finalidade. “Nós estamos vivendo um período de seca contínuo no mundo. Temos as queimadas, guerras, pandemia. Dentro desse contexto mundial, os alimentos estão cada vez mais difíceis de chegar na mesa das pessoas em diferentes partes do mundo. Os órgãos internacionais vêm pedindo para que os governos façam um grande mutirão para produzir alimento e contribuir na qualidade de vida da população. Pensando na questão da escassez alimentar e da desnutrição, nós pensamos em um projeto para contribuir com a qualidade de vida dos mais necessitados”.

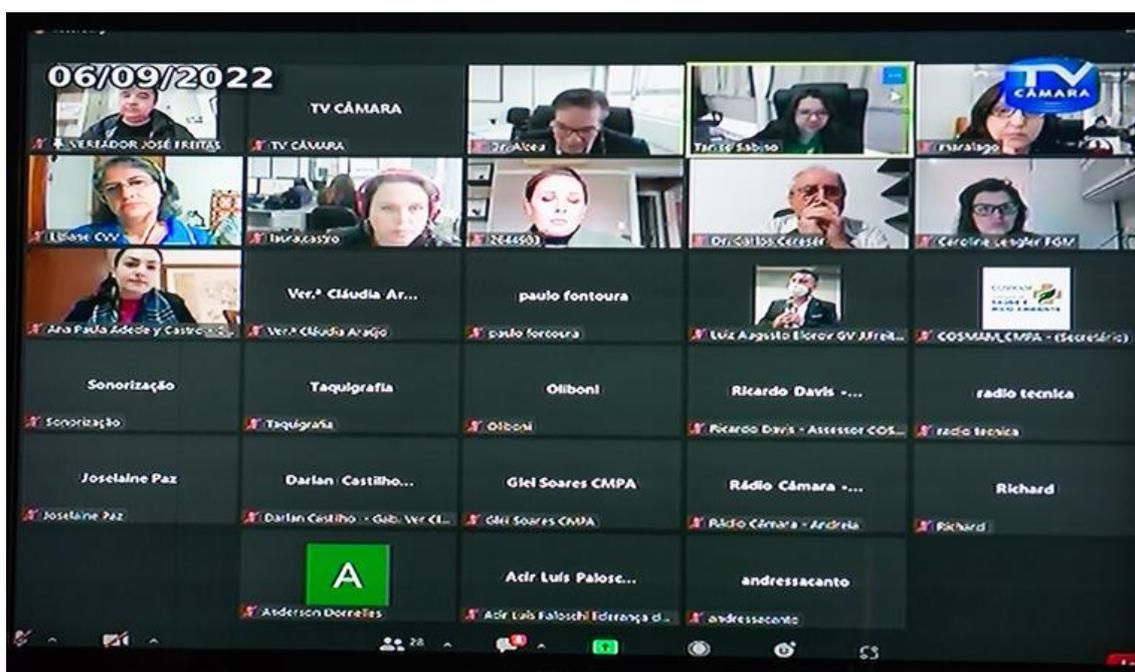
O que é alporquia

Alporquia, também chamado de alporque, é um método de reprodução de plantas que provoca a formação de raízes adventícias num ramo de uma planta já enraizada. Este método consiste em estimular o crescimento de raízes num ramo ou no caule principal de uma planta envolvendo um pedaço de um ramo por terra ou musgo em um pedaço de plástico ou pano umedecido. Após algum tempo, formam-se as raízes, e o ramo pode ser destacado para ser plantado.

ENCAMINHAMENTO: 1) Enviar Pedido de Informação à Smamus a fim de solicitar manifestação técnica sobre o projeto, necessidades e sugestões de adaptação da matéria à legislação vigente, bem como informar a possibilidade de participação dos técnicos da secretaria para adequação do projeto e viabilidade do uso da estrutura do viveiro municipal para o desenvolvimento dessa técnica de plantio. E, com base nas respostas obtidas, futuramente analisar a possibilidade de reagendamento desta pauta para aprofundar o tema visando sua implementação na Capital.

Esperando a resposta do Pedido de Informação enviado ao Executivo.

Setembro Amarelo



Nesta terça-feira (06/09), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) promoveu uma reunião, por videoconferência, cujo tema foi o Setembro Amarelo, mês de prevenção ao suicídio. Conforme a proponente da reunião, vereadora psicóloga Tanise Sabino (PTB), o suicídio é um problema de saúde pública, pois, a cada 40 segundos, uma pessoa se suicida no mundo e, a cada 45 minutos, uma pessoa comete o ato no Brasil. “Estou muito satisfeita de estar na Câmara promovendo esse debate de prevenção ao suicídio, um tema que é rodeado de mitos e preconceitos. As pessoas evitam falar sobre esse assunto, porque ainda se sentem desconfortáveis com o tema. Precisamos falar sobre a prevenção ao suicídio não só no mês de setembro, mas o ano inteiro”, declarou.

O vereador José Freitas (REP) comentou sobre os atendimentos em casos de mutilação e tentativas de suicídio. “Estão chegando no Conselho Tutelar muitos casos de crianças e jovens mutilados. A nossa população está doente e a Secretaria de Saúde tem que se preparar para atender essa pandemia”, salientou.

A voluntária do Centro de Valorização da Vida (CVV), Liziane Eberle, revelou que a organização realizou 3 milhões de atendimentos em 2021, e que conta com 4.200 voluntários no Brasil. “A nossa sociedade está adoentada e adoentando coletivamente; e onde vão parar essas pessoas que precisam falar? Elas vêm para o CVV. O Setembro Amarelo começou em 2015 e hoje já é um movimento que caminha sozinho”, afirmou.

O secretário adjunto de Saúde, Richard Dias, lembrou da Caminhada pela Vida, realizada no último domingo, em Porto Alegre, e esclareceu que o município está distribuindo materiais informativos nas unidades de saúde com relação à prevenção ao suicídio. “Temos dois Pronto Atendimentos de saúde mental no município, que são referência, no IAPI e na Cruzeiro do Sul. Nós temos que conseguir a amplitude dessas ações, em uma pauta tão fundamental como é a prevenção ao suicídio”, destacou.

O psiquiatra e diretor técnico do Hospital Presidente Vargas, Alceu Gomes, pontuou que Porto Alegre está entre as três capitais com maior índice de suicídio do país. Também que 12% da população de Porto Alegre tem depressão, que 83% dos suicídios se dão no ambiente doméstico e que 30% das pessoas que fizeram uma tentativa de suicídio, tendem a repetir o ato em um curto espaço de tempo. Nas mulheres, os maiores índices são dos 10 aos 19 anos, e nos homens, dos 20 aos 29 anos. De acordo com o psiquiatra, é fundamental capacitar o atendimento na atenção primária por tentativa de suicídio. “Nós temos também que ter um acolhimento maior aos familiares de quem comete o suicídio. De janeiro até agora, tivemos 72 óbitos por suicídio em Porto Alegre, portanto, superaremos o número do ano passado”, apontou.

Representaram a Coordenação de Atenção à Saúde Mental as servidoras Laura Castro e Mara Lago, que trouxeram alguns fatores que se relacionam negativamente com o suicídio: transtornos mentais, desemprego, falta de apoio social, vivência em comunidades violentas e ocorrências de violência física, mental, sexual e outras. Conforme o Ministério da Saúde, são registrados 12 mil suicídios por ano no Brasil e 96% dos casos de suicídio estão relacionados a transtornos mentais.

A vereadora Cláudia Araújo (PSD), presidente da COSMAM, finalizou a reunião agradecendo a presença de todos e pelos esclarecimentos passados pelos profissionais de saúde. “A COSMAM segue à disposição para qualquer vereador que queira tratar sobre esse assunto. Nós temos que trabalhar cada vez mais enquanto comissão para acolher e abraçar as pessoas”, encerrou.

Saiba mais

O Centro de Valorização da Vida (CVV) foi criado em 1962, por jovens de São Paulo, que já estavam preocupados com a questão do suicídio. Inicialmente, o contato era pessoal, esses jovens iam nas casas das pessoas, depois, foi criado o atendimento por telefone. Em 1971, o CVV passou a ter atuação também no Rio Grande do Sul.

O CVV atende 24 horas por dia, através do telefone 188. Existem também 123 postos físicos do CVV, em Porto Alegre é na Rua José de Alencar, 414, sala 205, Bairro Menino Deus. Há também o CVV web, feito por chat, serviço bastante procurado pelos adolescentes, e o CVV comunidade, no qual o serviço vai até às pessoas. Conforme a vereadora Tanise Sabino (PTB), a Câmara entregará uma Comenda Porto do Sol ao CVV.

Reunião interna COSMAM (definição das novas pautas)

Após o debate e anuência dos vereadores participantes das sugestões apresentadas, a senhora Presidente determinou os seguintes ENCAMINHAMENTOS: 1) cronograma das próximas pautas da Cosmam: no dia quatro de outubro: conscientização sobre a Esclerose Múltipla (vereador José Freitas); no dia onze de outubro: campanha do Outubro Rosa (vereadora Cláudia Araújo); no dia dezoito de outubro: Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) no Loteamento Marista e atendimento da unidade móvel na Vila Dique (vereador Aldacir Oliboni); no dia vinte e cinco de outubro: Dia Mundial da Psoríase e Doenças Reumáticas (vereador José Freitas); no dia primeiro de novembro: data reservada à vereadora Lourdes Sprenger; no dia oito de novembro: data reservada ao vereador Aldacir Oliboni; no dia vinte e dois de novembro: data reservada à vereadora Mônica Leal; no dia vinte e nove de novembro: atualização sobre o funcionamento do Centro de Autismo (vereadora Psicóloga Tanise Sabino); no dia seis de dezembro: data reservada à vereadora Mônica Leal; no dia treze de dezembro: data preferencialmente reservada à vereadora Mônica Leal (em não havendo interesse por parte da referida parlamentar, a data será destinada à pauta indicada pelo vereador José Freitas); e, no dia vinte de dezembro: Encerramento das atividades – apresentação do Relatório da Cosmam no exercício de dois mil e vinte e dois. 2) Pedidos de pautas externas: 2.1) situação da Unidade Básica de Saúde Beco do Adelar (solicitante: vereador Jonas Reis). Providências: será efetuada visita no local no mês de outubro após a realização do primeiro turno das eleições; 2.2) cercamento da área dos fundos da Unidade Básica de Saúde Costa e Silva que é administrada pelo Grupo Hospital Conceição (GHC) e Possibilidade de retomada ou implantação do Programa Farmácia Solidária em Porto Alegre (solicitante: vereador Jessé Sangalli). Providências: será enviado Pedido de Informação através da Cosmam questionando o Executivo sobre o estágio atual do atendimento da referida demanda; e, 2.3) perspectivas sobre a nomeação dos aprovados no concurso público realizado pela prefeitura de Porto Alegre no processo seletivo vigente ao cargo de Agente de Combate as Endemias (ACE). Solicitante: vereador Roberto Robaina. Providências: será agendada reunião entre os vereadores da Cosmam com representantes do Executivo Municipal, onde será convidado a participar do encontro o vereador proponente da presente demanda.

Prefeitura apresenta relatório de gestão da saúde do 2º quadrimestre



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou audiência pública nesta terça-feira (27/09) para apresentação, pela Prefeitura, do relatório das metas da saúde do segundo quadrimestre de 2022. A reunião, conduzida pela presidente da comissão, vereadora Cláudia Araújo (PSD), teve a participação do secretário municipal da Saúde, Mauro Sparta.

O secretário falou sobre as medidas para conter a varíola dos macacos desde o dia 5 de agosto, quando a Capital recebeu um alerta epidemiológico de transmissão comunitária na cidade. Em Porto Alegre foram, até o momento, 94 casos confirmados da doença.

Sobre a Covid-19, a campanha de vacinação atingiu cerca de 1,3 milhão de pessoas, em um total de 3,7 milhões de doses. Foi aberto um novo posto de vacinação no Shopping Lindóia, na zona norte da capital, e o início da 4ª dose para pessoas com 20 anos ou mais. Sparta ainda relatou os números e cuidados para a prevenção contra a dengue, chikungunya e zika vírus. Cerca de 3.201 casos destas doenças foram confirmados em Porto Alegre.

Em relação às mamografias, que terão um aumento agora na campanha do Outubro Rosa, devem ser feitas parcerias com o setor de imagens do Hospital Mãe de Deus e Hospital Presidente Vargas para a disponibilização de novos horários de exames de ecografias mamárias, que possuem fila de espera.

Conscientização sobre Esclerose Múltipla



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (04/10), para tratar da conscientização sobre a esclerose múltipla. A pauta do encontro, conduzido pela vereadora Cláudia Araújo (PSD), foi proposta pelo vereador José Freitas (REP), que fez a solicitação para conhecer as demandas dos pacientes e quais as políticas públicas previstas do município para a população que tem a doença.

Segundo o Ministério da Saúde, a esclerose múltipla é a doença neurológica que mais afeta os jovens e adultos. O diagnóstico acontece, em média, aos 30 anos de idade e atinge mais as mulheres. No Brasil, estima-se que cerca de 35 mil pessoas convivem com a esclerose, que é uma doença sem cura.

O presidente da Associação Gaúcha dos Portadores de Esclerose Múltipla (AGAPEM), Ricardo Faria, disse que somente no estado existem em torno de 2.300 casos. “Muitos portadores da esclerose múltipla chegam no posto e pedem para fazer pulsoterapia e muitos enfermeiros não sabem o que é isso”, disse ele, referindo-se ao tratamento com administração de altas doses de um medicamento em uma curta duração de tempo para redução da inflamação e estabilização da crise.

O neurologista Alessandro Finkelsztein, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, comentou que as demandas dos segmentos público e privado não são muitos diferentes, mas que ambas possuem dificuldades. Com relação ao diagnóstico, o médico afirmou que os exames são de alto custo, como ressonâncias magnéticas

ou punções lombares. Segundo ele, a maior dificuldade do SUS é a falta de acesso à ressonância para conclusão diagnóstica. “Quando a gente fala em conscientização da esclerose, começa desde a etapa do diagnóstico. A gente estima que metade dos pacientes tem diagnósticos já conhecidos.” Acrescentou que os medicamentos para o tratamento da esclerose fazem parte das políticas públicas do Ministério da Saúde.

José Freitas solicitou que seja enviado um ofício para a comissão relatando o que é necessário e ideal para o tratamento e acolhimento dos portadores da doença, para que o material seja encaminhado à Secretaria Municipal da Saúde.

ENCAMINHAMENTO: Encaminhar à SMS ofício que a Cosmam irá receber da AGAPEM contendo a lista dos medicamentos especiais e tratamentos especializados que atualmente possuem oferta limitada na rede pública, com a finalidade de a gestão municipal tomar as devidas providências para regularização das demandas apontadas no referido documento.

Infelizmente a AGAPEM não enviou o ofício prometido à COSMAM até o momento, impossibilitando o envio do mesmo à SMS.

Outubro Rosa



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (11/10), para tratar da Campanha do Outubro Rosa. O tema foi sugerido pela vereadora Cláudia Araújo (PSD), que conduziu o debate.

Representando a Comissão Especial de Direitos à Saúde da OAB/RS, Mariana Polidoro explicou que existe a lei 14.238/2021, que é o Estatuto da Pessoa com Câncer. O mesmo garante acesso ao tratamento, diagnóstico precoce, ampliação da rede de atendimento e a humanização da atenção ao paciente e sua família. Segundo Mariana, o acesso ao tratamento nas redes pública e privada são bem diferentes, e que ainda é um propósito a igualdade de atendimento, porém não é uma realidade.

Representando o Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (IMAMA), Priscila Gomes esclareceu que o papel do instituto é cobrar das autoridades que as políticas públicas sejam efetivas e principalmente para os direitos dos pacientes oncológicos. Priscila explicou que muitas pessoas ainda procuram o IMAMA para a realização de exames, porém não são realizados por eles, o seu papel é o acolhimento e a orientação do paciente. Ela também sugeriu a criação de um conselho municipal, para que sejam tratados os direitos dos pacientes oncológicos, a criação de leis e projetos efetivos para assistência destas pessoas. “Fica aqui nosso pedido para que cada vez mais a gente fale sim de mamografia e autocuidado, mas, fundamentalmente, do direito da paciente que já descobriu o câncer. As Campanhas de Outubro Rosa são muito focadas na prevenção e muitas vezes elas deixam de olhar para quem já está enfrentando o câncer”, apontou.

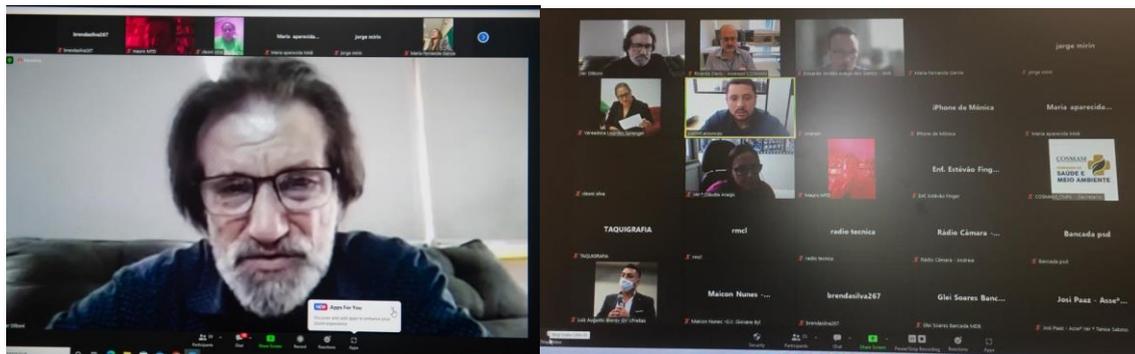
O diretor técnico do Hospital Presidente Vargas, Alceu Gomes Correia Filho, informou que a instituição possui dois mastologistas para o atendimento das pacientes em casos de cirurgia e também há convênios com clínicas para a

realização da quimioterapia que não é realizada pelo Hospital. Possuem também convênio com o Hospital de Clínicas para a reconstrução plástica da mama.

Segundo o médico, do dia 03 a 07 de outubro, foram realizadas 49 mamografias, 23 ecografias mamárias, exames e consultas abertas, além de 173 atendimentos e exames. Um total de 301 usuárias receberam orientações e material gráfico e ainda ressaltou que, a cada 100 mulheres com a doença, um homem tem câncer de mama.

Representando a Coordenação Municipal de Urgências da Secretaria Municipal de Saúde, Daniel Lenz Faria Corrêa passou um panorama dos exames mamários, demonstrando que, atualmente, não existe fila de espera para mamografia, o problema são as ultrassonografias mamárias. São feitas em torno de 100 a 120 ultras por mês, agora foi feito um chamamento de mil ultrassonografias mamárias neste mês, portanto, serão em torno de 12 mil em um ano, o que diminuirá as filas de espera.

Construção de US no Loteamento Marista e atendimento da unidade móvel na Vila Dique



A Comissão de Saúde Meio Ambiente (COSMAM) promoveu uma reunião, na manhã desta terça-feira (18/10), para tratar sobre a construção de unidade de saúde no Loteamento Irmãos Marista, no Bairro Mário Quintana, e o atendimento da unidade móvel na Vila Dique, localizada próximo ao Aeroporto Internacional Salgado Filho. O proponente foi o vereador Aldacir Oliboni (PT), que introduziu o assunto e conduziu os trabalhos.

O vice-presidente da Associação da Vila Dique, Jorge Mirin, contou que o atendimento da unidade móvel acontece somente uma vez por semana, às quintas-feiras, das 9h às 11h30min e das 13h às 15h30min. Na sua avaliação, o período de atendimento não é suficiente para suprir a demanda da comunidade. “São muitas famílias, várias pessoas, temos crianças também, e o espaço de atendimento é muito curto”. Completou dizendo que o atendimento realizado pelos profissionais de saúde é bom, mas pouco produtivo, e sugeriu que o atendimento passasse para duas ou três vezes na semana.

Sobre o Loteamento Marista, Maria Aparecida Castilhos Luge, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e Cleoni Silva falaram um pouco sobre a precariedade dos serviços no entorno daquela região. Cleoni pediu a construção da unidade de saúde para o atendimento da comunidade, além de expor outras demandas, como creches.

Representando a Secretaria Municipal de Saúde, o diretor adjunto da Atenção Primária da Saúde, João Manuel Assunção, explicou sobre a situação na Vila Dique que “a unidade móvel tem uma equipe simples, realmente pra tentar sanar aquelas demandas de dia a dia”. E quanto a aumentar os dias de atendimento, declarou: “eu não posso comprometer a unidade móvel de forma fixa, pois posso estar descobrindo alguma outra ponta”.

Com relação ao Loteamento Marista, o coordenador de Infraestrutura e Manutenção da Secretaria de Saúde, Eduardo Jordão dos Santos, esclareceu que

há verba para construção da unidade de saúde e que a equipe técnica já realizou o memorial descritivo e demais documentos técnicos para viabilizar a obra. Agora, aguardam a organização do processo licitatório, que leva cerca de 90 dias.

Conforme o coordenador, contando com todos os prazos para contratação da execução da obra, a previsão é que ela comece, de fato, em cerca de um ano. “Existem prazos estimados que fogem da nossa gerência e relativos ao sistema administrativo público. Também esclareço que trabalhamos com muito empenho, contudo contamos com uma equipe técnica restrita, considerando o volume de demandas, inclusive reprimidas”, justificou Santos.

O vereador Oliboni cobrou a urgência de atendimento, de pelo menos mais um dia, na Vila Dique. Conforme o parlamentar, o horário disponível da unidade móvel não comporta nem os que estão na fila daquele dia. E também propôs dialogar com a ideia do mutirão em saúde, embora os representantes da comunidade não tenham sido muito favoráveis, em razão de ser uma ação pontual. O vereador ainda pediu celeridade na construção da unidade de saúde no Loteamento Marista.

A presidente da COSMAM, vereadora Cláudia Araújo (PSD), fez os encaminhamentos da reunião e aceitou a proposta do vereador Oliboni, de a Comissão fazer uma visita às comunidades, no dia do atendimento da unidade móvel da Vila Dique e em outra oportunidade no Loteamento Marista, para ouvir a população mais de perto. A vereadora Mônica Leal (PP) sugeriu que os moradores dos dois locais encaminhem por escrito quais são as demandas mais urgentes e que a COSMAM fizesse uma reunião interna antes de visitar as regiões. Ficou estabelecido também que a Secretaria de Saúde passará mais dados sobre os atendimentos na Dique e a futura unidade de saúde.

ENCAMINHAMENTOS: 1) enviar Pedido de Informação à SMS solicitando o detalhamento dos serviços de saúde atualmente prestados e restrições de atendimentos nos locais objetos da pauta e confrontar com as demandas a serem registradas em ofícios pelas comunidades, onde tais documentos serão entregues ao vereador Aldacir Oliboni. De posse dessas informações, a Cosmam irá efetuar reunião interna para compor as sugestões e alternativas viáveis a serem enviadas à Secretaria Municipal de Saúde para o atendimento possível das reivindicações apresentadas; E, 2) oportunamente, a comitiva de vereadores da Cosmam irá agendar visita na Vila Dique, em uma quinta-feira e durante o horário das consultas na unidade móvel, a fim de interagir com os usuários e trabalhadores da saúde a fim de verificar de forma prática as condições de atendimento no local.

Dia Mundial da Psoríase e Doenças Reumáticas



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (25/10), para tratar do Dia Mundial da Psoríase (29 de outubro) e das doenças reumáticas. O debate foi conduzido pela presidente da Cosmam, vereadora Cláudia Araújo (PSD). A pauta foi sugerida pelo vereador José Freitas (Republicanos). O vereador citou que Porto Alegre tem que avançar em relação ao diagnóstico e principalmente avançar no acesso que o paciente precisa para a medicação no momento certo para reduzir o índice de manifestações mais graves da doença.

A presidente da Psoríase Brasil, Gladis Lima, apresentou dados e problemáticas dos pacientes de Psoríase e ressaltou que é preciso falar, é preciso ter discussões e é preciso mostrar o que está sendo feito com a psoríase. “Focar em diagnóstico e chegar em especialistas. Muita coisa tem sido feita, novas tecnologias estão sendo estudadas e em breve teremos mais medicamentos para psoríase”, destacou.

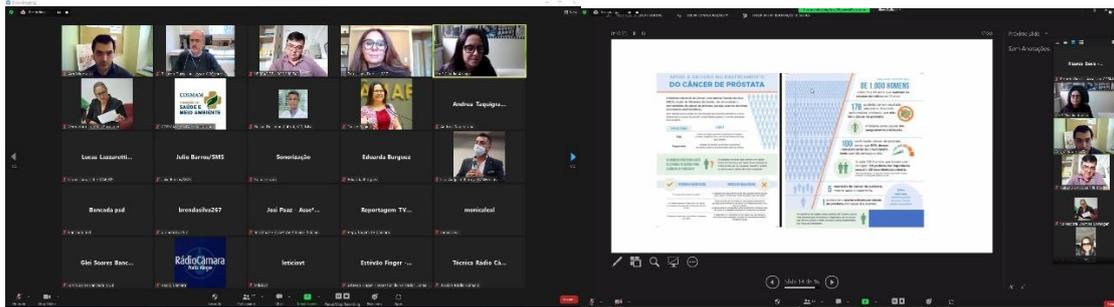
Representando a Sociedade Brasileira de Dermatologia, a dermatologista Mônica Berg disse estar impactada com a questão do diagnóstico e evidenciou a importância de que o diagnóstico seja certo e buscado precocemente. “A população tem que ter acesso ao dermatologista. A gente já tem uma ferramenta muito útil, que é a telessaúde, que beneficia muito a atenção básica e facilita o diagnóstico precoce, mas os dermatologistas em ambulatórios especializados precisam estar presentes na atenção pública também”, ressalta.

Representando a Secretaria Municipal de Saúde, o diretor adjunto, Francisco Isaias, mencionou que Porto Alegre possui aproximadamente 130 unidades básicas de saúde, enquanto centro de referências e centros especializados. “Se a gente conseguir traduzir o conhecimento no diagnóstico para a atenção primária, a gente com certeza vai poder qualificar o diagnóstico e apontar caminhos terapêuticos necessários para essa doença autoimune, que não tem nenhum risco de contágio mas carrega uma brecha de preconceito”, disse ele ao falar que o preconceito afeta o estado emocional e o quadro clínico dos pacientes.

Conforme o diretor, a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre possui clínicas de média complexidade contratualizadas para garantir a atenção ao paciente não apenas da psoríase mas todos aqueles pacientes dermatológicos. Isaias encerrou lembrando que o município de Porto Alegre estará assumindo a gestão da farmácia de medicamentos especiais, que é uma tecnologia de assistência que conversa muito com o paciente que usa os medicamentos de alto custo e medicamentos de alta tecnologia. “Vai ser uma melhoria na resposta assistencial que daremos a essas pessoas, usando tecnologia digital, a prescrição de medicamentos, cadastramento das solicitações, e dando uma resposta mais ágil”, finalizou.

ENCAMINHAMENTO: Enviar Indicação através da Cosmam para a SMS promover seminários continuados de capacitação técnica aos profissionais da rede básica de saúde com o objetivo de qualificar e agilizar a identificação e tratamento aos portadores de psoríase na Capital.

Novembro Azul



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (01/11), para tratar da campanha Novembro Azul, de conscientização sobre o câncer de próstata. O tema foi sugerido pela vereadora Cláudia Araújo (PSD), que conduziu o debate.

A vereadora ressaltou que na fase inicial o câncer de próstata não apresenta sintomas. Quando alguns sinais começam a aparecer, cerca de 95% dos tumores já estão em fase avançada, o que dificulta a cura. Entre os fatores de risco estão o histórico familiar, obesidade e raça, já que homens negros sofrem uma maior incidência deste tipo de câncer. Cerca de 20% dos pacientes são diagnosticados com o exame de toque retal, reforçando sua importância para o diagnóstico e tratamento. “A única forma de possibilitar a cura do câncer de próstata é com o diagnóstico precoce. Mesmo na ausência de sintomas, homens a partir dos 45 anos com fatores de risco, ou a partir dos 50 anos sem estes fatores, devem ir ao urologista para conversar sobre o exame de toque retal”, afirmou Cláudia.

Representando o Instituto Nacional de Câncer (INCA), o médico e chefe da divisão de detecção precoce de câncer, Arn Migowski, afirmou que o câncer de próstata é o tipo mais frequente em homens no Brasil. Um dos maiores fatores é a idade: quanto mais velho o homem, maior a incidência da doença. Migowski ainda explicou que existem diversos casos que nunca foram detectados e que a solução para isso é o aumento dos exames de check-up. Pesquisas mostram que de mil homens de 55 a 69 anos que realizam exames de rotina, cerca de 178 deles poderão ter o resultado alterado e descobrir, após biópsia, que não possuem câncer de próstata. Destes mil, 100 serão confirmados com o câncer, porém 50% destes cânceres serão de crescimento lento, o que não traz ameaça à vida. A cada 100 homens que tratam com cirurgia, 60 deles poderão ter impotência sexual, e 20 podem ficar com incontinência urinária.

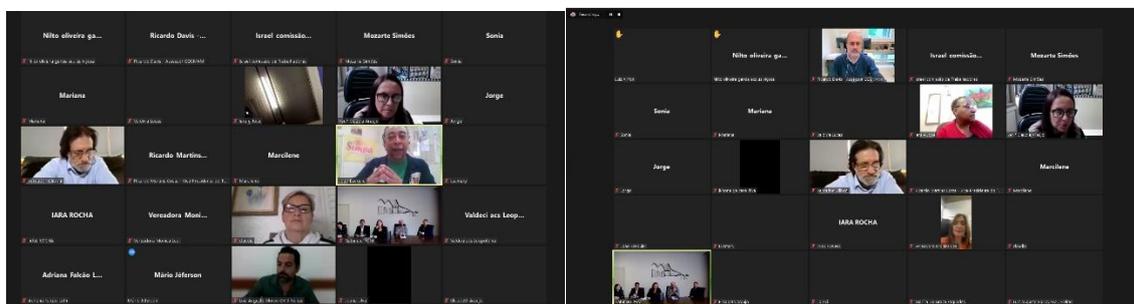
O urologista do Hospital de Clínicas Renan Desimon Cabral contou que existem dois grupos hoje na capital: um dos pacientes que já possuem seus diagnósticos feitos por médicos assistentes e o outro grupo que não possui o diagnóstico.

Quando o paciente possui sua biópsia feita e com diagnóstico positivo para o câncer, estes possuem o acesso rápido, em média 45 dias até a primeira consulta. O problema são os pacientes que não possuem diagnóstico e que ainda fazem o acompanhamento. Estes são os que mais sofrem com os atrasos de tratamento, muitos levam de seis meses até um ano para realizar a primeira consulta.

ENCAMINHAMENTO: 1) enviar Pedido de Informação ao Executivo Municipal para manifestação quanto ao cenário atual de disponibilização do medicamento Acetato de Abiraterona na rede municipal de saúde, o qual é utilizado no tratamento do câncer de próstata, diante dos casos de judicialização para obtenção do referido remédio, os quais foram relatados na presente reunião.

Até o momento o pedido de informação não foi respondido.

Pagamento do piso nacional aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes Comunitários de Endemias (ACE)



Na terça-feira do dia 08/11/2022 a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) promoveu uma reunião para discutir sobre o pagamento do piso nacional aos agentes comunitários de saúde e agentes comunitários de endemias. O proponente foi o vereador Aldacir Oliboni (PT), e a condução da presidente da COSMAM, vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Oliboni apontou que a Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022 determina que o piso salarial dos agentes comunitários de saúde e de endemias seja de, no mínimo, dois salários mínimos, ou seja, R\$ 2.424, repassados pela União aos municípios, Estados e Distrito Federal. “Eu não quero ver aqui uma nova novela, um novo capítulo. Eu quero que os trabalhadores recebam esses recursos, sejam valorizados. Trabalhadores que vêm de um processo pós pandemia. Trabalhadores que ganham muito pouco, o salário é irrisório diante do custo de vida que nós estamos enfrentando”, criticou. O proponente também questionou quando o projeto de lei do Executivo seria de fato encaminhado à Câmara e os agentes receberiam a diferença salarial, tendo em vista que os valores vêm sendo recebidos pela Prefeitura desde a publicação da Lei Federal.

Representando o governo municipal, a procuradora Juliana Cuchiarelli explicou que a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) encaminhou à Procuradoria-Geral do Município (PGM) um projeto de lei para ajustar os valores dos vencimentos básicos dos agentes comunitários de saúde e de endemias, que será remetido à Câmara em breve. “Toda a repercussão de um aumento por Lei Federal nós temos os custos indiretos que são calculados e são custos do tesouro, então por essa razão, em função procedimental estamos finalizando essa viabilização para que então possa o projeto, tão logo aprovado na Câmara, ser efetivamente honrados os compromissos do município”, defendeu.

O diretor geral do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa), João Ezequiel da Silva, ressaltou a legitimidade da luta dos agentes comunitários de

saúde e agentes comunitários de endemias pelo pagamento do piso nacional, além da falta de reposição inflacionária. “Esta é uma categoria que, em todo o período da pandemia, esteve lá na linha de frente, e segue na linha de frente, atendendo a população de Porto Alegre e arriscando a própria vida”, salientou. “O governo vai ter que pagar, porque está sendo criado um passivo. Nós já estamos com um passivo desde maio; desde maio, gente. Quanto mais atrasa, mais esse passivo cresce, e como é que fica?”, cobrou Silva.

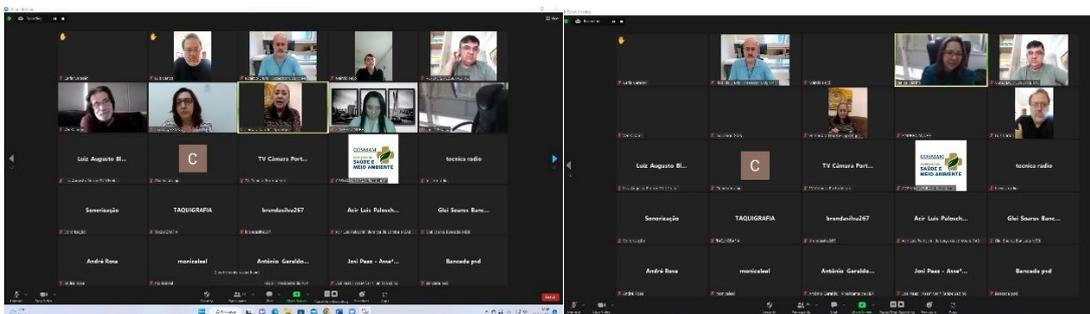
A presidente da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Porto Alegre, Claudia Canatta, fez um desabafo. “Este ‘em breve’ é que nós estamos cansados. Este ‘em breve’ é que o nosso salário não está vindo. Este ‘em breve’ tá desde junho, porque maio é que saiu a Emenda Constitucional. Esse dinheiro, esse nosso salário ele está nos cofres da Prefeitura e não está no bolso do trabalhador”, protestou. Claudia destacou que os agentes de saúde são trabalhadores que estão na rua, com todas as intempéries, executando a sua função. “Nós estamos aqui falando sobre salário; não é um presente, não é um incentivo. Nós estamos falando de salário; salário que por lei o trabalhador tem que receber”, declarou.

Esclarecendo os questionamentos em relação à Prefeitura, a procuradora Juliana afirmou que não há falta de vontade política com relação ao projeto, pelo contrário; mas que são valores que não estavam previstos e que serão pagos com impacto em 2022. Conforme a procuradora, a PGM está dando o respaldo jurídico para a realização desse pagamento. “O dinheiro está intocável não houve qualquer destinação diversa. A única questão é a viabilização deste pagamento e do reflexo operacional disso na folha de pagamento”, garantiu.

Como encaminhamentos da reunião, ficou estabelecido que os vereadores votarão o referido projeto de lei, quando encaminhado, o mais rápido possível, ainda neste ano. Os membros da COSMAM acompanharão o trâmite do parecer para acelerar o encaminhamento do projeto. A PGM se comprometeu em cumprir sua parte, a análise jurídica, em até 48 horas.

ENCAMINHAMENTO: 1) a Cosmam compromete-se em acompanhar a evolução dos trâmites burocráticos do Executivo Municipal visando dar celeridade à conclusão do projeto de lei a ser encaminhado ao Legislativo para aprovação das normativas do novo piso nacional de salário aos ACS e ACE da rede municipal de saúde da Capital.

TDAH e Dislexia



Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e dislexia. Esse foi o tema proposto pelo vereador José Freitas (REP) na reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosman) desta terça-feira (22/11), em encontro presidido pelo próprio parlamentar.

Freitas citou dados referentes à Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA), que diz que cerca de 8 milhões de brasileiros têm dislexia, o que representa 4% da população. Ele também ressaltou o alto número de brasileiros com TDAH. "É uma condição que afeta cerca de 2 milhões no Brasil, o que é um número alto", disse. Para o vereador, a rede pública de educação da Capital deve possuir profissionais qualificados para auxiliar crianças que possuem a síndrome.

O presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), Antônio Geraldo da Silva, explicou o que é o Transtorno de Déficit de Atenção e como ele afeta o dia a dia das pessoas. "O TDAH é uma doença descrita há mais de um século, mais do que um milênio, há cerca de dois mil anos. É uma doença do neurodesenvolvimento, uma síndrome psiquiátrica que abrange três pontos: o domínio da desatenção, o domínio da hiperatividade e impulsividade", frisou Silva.

Ele alertou que a não identificação da doença na infância pode levar a um maior número de acidentes domésticos. Já na adolescência, o jovem pode ter dificuldades de relação no âmbito familiar e social, gravidez precoce e problemas de conduta. Em adultos, o TDAH está associado a maiores índices de criminalidade, agressividade e relações sexuais de risco.

De acordo com a psicóloga e representante da coordenação de atenção à Saúde Mental da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Mara Lago, o diagnóstico precoce do TDAH é imprescindível para um melhor tratamento, principalmente de crianças. Segundo ela, as escolas municipais de Porto Alegre possuem salas de integração e recursos, com profissionais qualificados, para atender os alunos com deficiência ou com algum transtorno de aprendizagem. "Salas com professores de

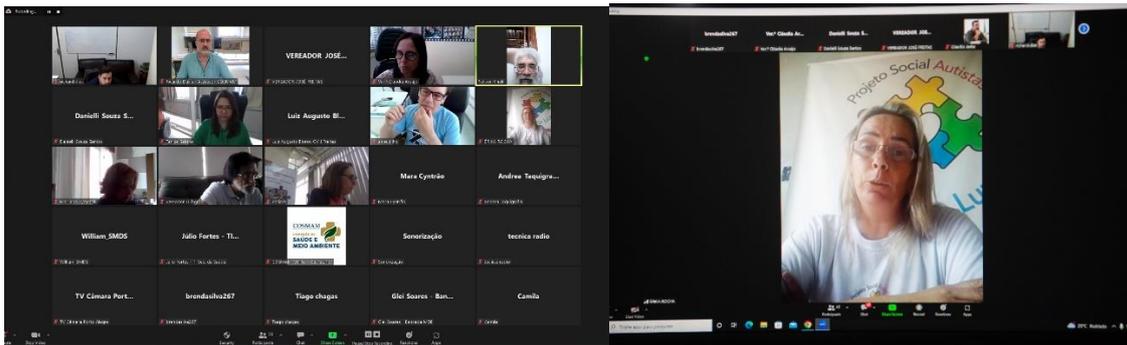
educação especial, a maior parte deles especializados em psicopedagogia”, destacou.

Como encaminhamento da reunião, foi proposto um seminário, a ser ministrado no início de 2023, a fim de levantar mais dados sobre o diagnóstico de TDAH e suas medicações. Além da possibilidade da abertura de uma Frente Parlamentar.

ENCAMINHAMENTOS: 1) enviar Pedido de Informação ao Executivo para manifestar-se quanto à estrutura atual de atendimento especializado disponível na rede pública, bem como o atual quantitativo da fila de espera por tratamento e distribuição de medicamentos especiais aos portadores de TDAH e dislexia em Porto Alegre; 2) organizar nos primeiros meses do próximo ano um seminário a ser promovido pela Cosmam sobre o presente tema para debater a atual conjuntura de atendimento sanitário e educacional e propor alternativas para qualificar a conjuntura de atendimento em Porto Alegre. 3) criar uma Frente Parlamentar ampla, buscando a participação de representantes das demais esferas de poder para definir estratégias conjuntas de ampliação dos serviços atualmente existentes e elaborar propostas de inclusão de novas políticas de proteção à saúde das crianças portadoras dos transtornos debatidos na presente reunião.

O Pedido de Informação desta pauta também não foi respondido ainda. Resta pendente o Seminário que será realizado no início do ano de 2023 e a criação de uma Frente Parlamentar.

Atualização sobre o Centro de Autismo



Na manhã desta terça-feira (29/11), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM) promoveu reunião para atualização sobre o Centro de Referência do Transtorno Autista (Certa) de Porto Alegre. A proponente, vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB), falou já na abertura que o Centro de Autismo ainda está em construção, e se localiza na Avenida Bento Gonçalves, ao lado do Hospital Psiquiátrico São Pedro. Sobre a entrega do Centro, a vereadora declarou que “é uma meta de governo, é uma meta do governo Melo, é uma meta do plano de governo inclusive”. A parlamentar esclareceu que a pauta da reunião seria apresentar o Certa, seus profissionais, o público-alvo e, principalmente, quando será inaugurado.

A presidente da Associação Rita Yasmin, Danielli Santos, contou que o diagnóstico das crianças com espectro autista leva cerca de dois a três anos, o que atrasa muito o tratamento e o atendimento adequado ao transtorno. Danielli salientou que, além da criança ou adolescente, os familiares precisam ser acolhidos. “É impossível tu atender uma criança com autismo sem atender a família. A família tem que ser abraçada, a família tem que ser atendida”, afirmou.

A presidente do Projeto Social Angelina Luz, Érica Rocha, cobrou a promessa de entrega do Centro de Referência do Transtorno Autista no primeiro semestre deste ano, porém, até agora, não foi inaugurado, frustrando os pais e mães de filhos autistas. “A nossa Capital com relação a acolhimento, a tratamento para as pessoas com Transtorno do Espectro Autista é vergonhosa”, criticou. Érica também lembrou da Lei Gaúcha Pró-Autismo, de 2019, que prevê iniciativas para o desenvolvimento e a inclusão de pessoas com o transtorno, mas que nem sempre é cumprida.

Para o presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Comdepa), Nelson Khalil, qualquer serviço, seja de saúde ou educação, demora muito até chegar às pessoas com deficiência. “Nós temos, por exemplo, uma falta enorme de monitores nas escolas municipais para atender às

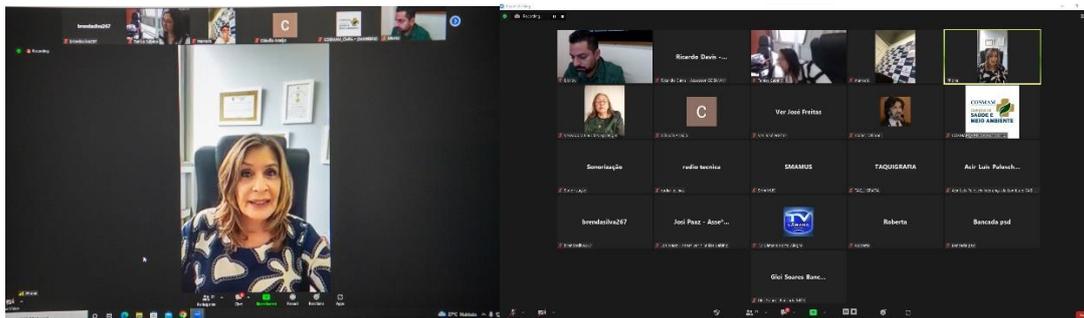
peças com deficiência e isto está sendo desconsiderado pela Prefeitura até onde a gente saiba. E nós precisamos solucionar isso. Porque não adianta dar a vaga, ter vaga para a pessoa com deficiência, é preciso ter condições para que ela estude”, pontuou.

O secretário-adjunto de Saúde, Richard Dias, contextualizou que, por muitos anos, em gestões anteriores, a questão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista recebeu pouca atenção do poder público e, apesar da demora na entrega, deveria ser comemorada a iniciativa de se criar um Centro de Referência do Transtorno Autista em Porto Alegre. “Foi um erro estipular um prazo com data fechada”, admitiu acerca da entrega do Certa. Conforme Dias, por ser um Centro pioneiro, não havia a expertise para fazer, o que gerou ainda mais demora no andamento dos trabalhos. O secretário-adjunto não quis apontar uma nova data para a entrega do equipamento, mas garantiu que a demanda é urgente e a conclusão será o mais breve possível.

O psiquiatra da infância e adolescência Alceu Gomes, futuro coordenador do Certa, apontou que não adianta ter um centro de referência sem pessoas capacitadas para trabalhar, então, está aberto um edital de curso de capacitação para os servidores do quadro, pois, atualmente, não há funcionários habilitados para lidarem com algumas especificidades, por exemplo, autistas não verbais. Alceu afirmou que 95% do Centro está pronto e, para sua concepção, foram visitados vários Centros de Autismo pelo Estado e avaliadas quais iniciativas e serviços funcionam melhor. “O nosso Centro talvez esteja demorando um pouquinho justamente porque ele é um centro de referência de verdade”, esclareceu. De acordo com o coordenador, o Certa terá capacidade para atender 300 crianças de até 12 anos, com uma equipe multidisciplinar, entre servidores e terceirizados, incluindo psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, fonoaudiólogos, profissionais de psicomotricidade, entre outros.

A presidente da COSMAM, vereadora Cláudia Araújo (PSD), fez o encaminhamento da reunião e sugeriu que a Comissão marcasse uma reunião com o Executivo, com o prefeito Sebastião Melo e as secretarias envolvidas, para cobrar a data de entrega e a abertura do Centro de Referência do Transtorno Autista de Porto Alegre.

Veículos de divulgação conforme Lei Municipal nº 8279/99



Na manhã desta terça-feira (6/12), a Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara de Porto Alegre debateu a utilização de veículos de divulgação na orla do Guaíba - painéis, outdoors e outras mídias. O tema foi proposto pela vereadora Mônica Leal (PP) e o encontro foi presidido por ela.

Mônica alega que propôs a pauta para esclarecer o projeto que visa alterar a redação da lei nº 8279/99, que trata de veículos de divulgação. “O projeto por mim apresentado aborda o tema da proibição destes equipamentos a menos de 100 metros do Guaíba”, disse. Ela ressaltou que a questão tem ligação com o projeto que revitalizou o muro do Cais Mauá e que a proibição da instalação de mídias próximo ao Guaíba terá exceções.

“Estejam dispostas em elementos urbanos pré existentes, muro da Mauá por exemplo, e paredes de prédio, aquelas paredes cegas de prédios, edifícios, que as pessoas usam para propaganda, tanto de utilidade pública, como propagandas do âmbito comercial, que não atrapalhem a visualização do lago”, frisou a vereadora. Ela destacou que o projeto não se refere a automóveis, como foi citado no parecer da Comissão. “Este projeto de lei, quando ele fala de veículos, ele não está falando de automóveis, ele fala de veículos de comunicação”, apontou.

O advogado especialista em Direito Ambiental Marcelo Markuson disse que existe uma lei na Capital, de 1999, que fala sobre os veículos de divulgação, que variam entre outdoors, tabuletas e faixas. “O projeto da vereadora Mônica não altera essa lei. Ele simplesmente traz um novo elemento. Essa lei de 1999 proíbe veículos de divulgação a menos de 100 metros do lago Guaíba”, disse. Ele ressaltou que é permitido instalar veículos de mídia a menos de 100 metros do Guaíba, desde que sejam instalados em elementos urbanos pré-existentes, como muros de prédios.

Marcelo explicou que o projeto não cria o conceito de veículos de divulgação e que é natural que as pessoas se confundam. “O que a vereadora Mônica propôs em nada altera esse conceito, pelo contrário, ela só aproveita um conceito já existente”, afirmou o advogado.

Visita a US Conceição



A Comissão de Saúde da Câmara Municipal de Porto Alegre visitou no dia 9/12 a Unidade de Saúde Conceição, na rua Álvares Cabral, 429, no bairro Cristo Redentor.

O posto é administrado pelo Grupo Hospitalar Conceição e possui mais de 14 mil pessoas cadastradas para atendimento, funcionando em uma casa improvisada de dois pisos.

Representante do Conselho Municipal de Saúde e usuária do posto, Vanilda Andrade disse que a reivindicação mais urgente da comunidade é a troca de local. Explicou que a unidade funciona em local que não possui Plano de Combate a Incêndio (PPCI) nem acessibilidade no andar superior, onde estão os consultórios médicos. "Quando um paciente não pode subir as escadas, o médico tem de descer, mas no térreo não há uma sala adequada para atendimento." Vanilda reclamou ainda do número baixo de fichas para consultas e revelou que para conseguir atendimento é preciso chegar no local às 5 horas. Segundo ela, são três fichas por dia para cada um dos sete médicos que atuam na unidade.

A vereadora Lourdes Sprenger (MDB), que pautou a visita, disse que o bairro reúne muitas pessoas idosas, mas a unidade não dá a devida prioridade a elas. Observou que o número reduzido de fichas faz com que os pacientes tenham de ir várias vezes ao posto, ou mandar algum familiar, até conseguir uma consulta. Lourdes também reclamou das condições do prédio, "com apenas uma porta para entrada e saída, sem ventilação e sem um local adequado para quem aguarda atendimento".

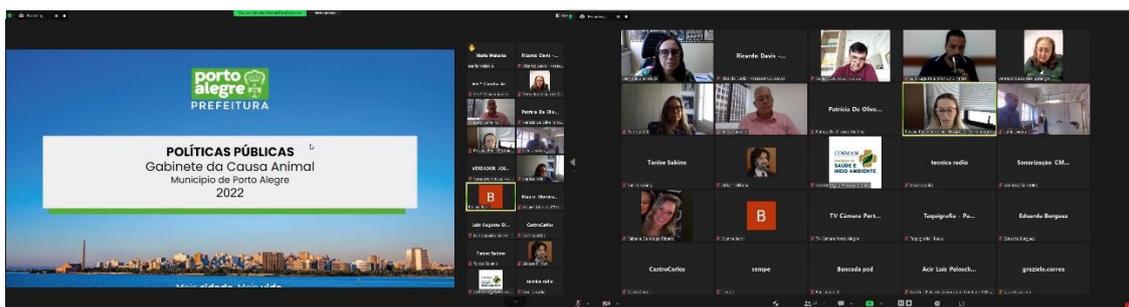
A presidente da Cosmam, vereadora Cláudia Araújo (PSD), disse que são muitas as reclamações em relação ao atendimento na unidade, o que motivou a visita da comissão. "Chegamos aqui e a farmácia estava fechada, sem sequer um aviso aos usuários de que poderiam se dirigir a outro posto para retirar a medicação." Além

disso, o posto ainda não retomou as consultas por telefone. "Prometeram retomar até o fim de janeiro e nós vamos cobrar isso." Cláudia também criticou a infraestrutura da unidade. "É desumano as pessoas aguardando atendimento num ambiente que não possui nem ar condicionado. É preciso encontrar um local mais adequado para reinstalar a unidade."

A coordenadora técnica de saúde comunitária do GHC, Simone Bertoni, reconheceu que o posto enfrenta problemas por falta de funcionários devido a demissões e afastamentos por doença, mas garantiu que o GHC procura repor pessoal dentro do menor tempo possível. Sobre reclamações no atendimento na farmácia do posto, informou que há um farmacêutico e mais dois auxiliares para fornecer medicamentos e que, quando falta o farmacêutico, ele é substituído por um volante, que no momento está afastado por problema de saúde. "Fazemos todo o esforço possível para que as coisas funcionem. O quadro de pessoal foi aumentado, mas muitas vezes demanda um pouco de tempo para resolver as situações que aparecem."

Foi encaminhado Pedido de Informação ao Executivo sobre questões relativas as falhas encontradas na US visitada.

Causa animal, combate às zoonoses e meio ambiente



A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (Cosmam) da Câmara Municipal de Porto Alegre realizou reunião, na manhã desta terça-feira (13/12), para tratar sobre a causa animal, combate às zoonoses e meio ambiente. A pauta, proposta pela vereadora Lourdes Sprenger (MDB), foi conduzida pela vereadora Cláudia Araújo (PSD).

Segundo Lourdes, devem ser feitos os credenciamentos de albergues e ong's para a fiscalização de animais, consultas com veterinários e dar andamento também no cadastro de animais comunitários. Com os credenciamentos, devem ser feitas visitas periódicas para a prevenção de zoonoses.

O Gabinete da Causa Animal, representado pela coordenadora técnica Brunna Barni, informou que estão sendo realizadas prevenções de diversas doenças e castrações em setores de baixa renda da cidade. A meta da atual gestão até o ano de 2024 é que sejam realizadas 80 mil esterilizações nas clínicas credenciadas. Segundo a coordenadora, no último ano foram realizados 4.745 atendimentos veterinários. A previsão de castrações realizadas no ano de 2022 é de 20 mil. Para o ano de 2023 está previsto o Castramóvel, que tem como meta ampliar as políticas públicas nas comunidades mais carentes do município.

Representando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade (SMAMUS), Rovana Bortolini ressaltou que a secretaria tem feito uma série de ações, como hortas urbanas em parques e praças e um inventário de emissão de gases efeito estufa, constando o quanto é emitido na Capital. O plano de ação serve para premeditar os efeitos dos gases e reduzir as emissões.

ENCAMINHAMENTOS: 1) ampliar na Cosmam a discussão da presente pauta no decorrer do próximo ano; 2) agendar futuramente pautas específicas derivadas da presente reunião; 3) destacar a importância e apoiar a expansão de convênios com as clínicas privadas para atuação nos bairros populares, com a finalidade de qualificar o atendimento sanitário e controle populacional dos animais de estimação dessas localidades; 4) enviar Pedido de Informação ao Executivo para

obter o estágio das principais ações promovidas pelo Gabinete da Causa Animal no Município e detalhamento das ações da política de controle dos tutores com excesso de animais, além das principais iniciativas promovidas pelo conselho de proteção aos animais na Capital, entre outros tópicos pertinentes; e, 5) reiterar a importância da visita dos protetores de animais aos parlamentares municipais no período que antecede a elaboração do orçamento, visando garantir a destinação de emendas impositiva à presente causa.

CONCLUSÃO

O trabalho realizado na Comissão de Saúde e Meio Ambiente no ano de 2022 foi incansável, tendo a participação ativa de todos os vereadores que compõem a Comissão.

As reuniões ordinárias trataram de pautas atuais e importantes ao município e a população, principalmente ao que diz respeito a saúde e ao atendimento dos usuários dos Postos, Hospitais e US da capital.

Em face do fantasma da COVID que ainda assombra a população, todas as reuniões se deram de forma virtual, o que não diminuiu seu tamanho, muito menos a eficácia das mesmas, se mostrando uma excelente ferramenta para a realização das mesmas, vez que, possibilita a participação de todos envolvidos sem necessidade de deslocamento, o que economiza tempo, além de se dar de uma forma mais organizada. Nos parece ser uma excelente alternativa e veio para ficar, salvo melhor juízo.

Uma das maiores dificuldades durante o ano nos encaminhamentos das reuniões foi o tempo de resposta ou simplesmente a não resposta no prazo hábil de Pedidos de Informação enviados ao Executivo. Talvez uma ferramenta que possa ser revista na sua forma ou execução.

Fora esta questão, o Executivo esteve presente em todas as vezes que foi convidado e foi parceiro na discussão e encaminhamento das pautas discutidas.

Assim, agradecemos o empenho e a parceria de todos os vereadores componentes desta Comissão, bem como de suas assessorias, para o bom andamento da mesma e na vontade mútua de buscar sempre a resolução dos problemas que foram apresentados durante o ano. Um especial agradecimento ao secretário da COSMAM, Oli Carlos Ferreira Barbosa, sempre disposto e fazendo trabalho impecável há anos nesta comissão.

Desejamos ao Presidente que assume no ano de 2023 sucesso na condução de tão importante Comissão desta casa e nos colocamos a disposição para ajudar em tudo que for necessário, principalmente na transição.

Que todos tenham um Natal abençoado com muita saúde e que o Ano Novo que se avizinha seja de muita paz e harmonia para que consigamos vencer todas as dificuldades que se apresentam na caminhada.